

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ASPECTOS MOTIVACIONAIS
NO JUDÔ PARA DEFICIENTES VISUAIS**

VINÍCIUS FRANKE KRUMEL

Porto Alegre, 2011

VINÍCIUS FRANKE KRUMEL

**ASPECTOS MOTIVACIONAIS
NO JUDÔ PARA DEFICIENTES VISUAIS**

Trabalho apresentado como pré-requisito para conclusão do Curso de Educação Física, com ênfase em Licenciatura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof. Darci Barnech Campani.

Porto Alegre, 2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, pela confiança, carinho, incentivo, dedicação e companheirismo em todos os momentos de minha vida.

As minhas irmãs por estarem sempre disponíveis quando precisei de sua ajuda.

Ao meu orientador Professor Darci B. Campani, pela sua confiança, dedicação, apoio e pela oportunidade de trabalhar no Projeto de Judô para Deficientes Visuais.

Ao meu Professor Alexandre V. Nunes, por me introduzir no judô, fazendo com que eu aprendesse bem mais que um esporte, uma filosofia de vida.

E aos meus amigos e colegas de tatame por me acompanharem e pelo apoio ao longo da minha jornada.

RESUMO

A preocupação com a inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade vem aumentando nos últimos anos, seja através de instrumentos legais, políticas públicas construídas pelos órgãos governamentais ou por projetos de instituições privadas, que tenham demonstrado compromisso social. Uma das formas de inclusão é através da atividade esportiva. O objetivo desse estudo é investigar teoricamente as motivações que levam deficientes visuais a participar de um projeto de judô para pessoas com necessidades especiais desenvolvido dentro do Projeto Bugre Lucena, da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Através de uma pesquisa bibliográfica buscamos entender a deficiência visual, apontar os fatores que motivam a prática desportiva e relacioná-los com o judô. O presente trabalho vem para contribuir com futuros projetos, a fim de qualificar os profissionais que atuam com este público específico e na busca de meios facilitadores para aumentar a adesão e permanência dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Judô; Deficientes Visuais; Aspectos Motivacionais.

ABSTRACT

The concern with the inclusion of people with special needs in society has increased in recent years, whether through appropriate legislation or public policies built by government agencies or private institutions for projects that have demonstrated social commitment. One way is through the inclusion of sports. The aim of this study is to investigate theoretically the motivations that lead visually impaired to participate in a project judo for people with special needs developed within the Buggy Project Lucena, School of Physical Education, Federal University of Rio Grande do Sul. Through a survey literature seek to understand visual impairment, pinpoint the factors that motivate the sports and relate them to judo. The present work is to contribute to future projects in order to qualify the professionals who work with this specific audience and facilitators seeking ways to increase membership and retention of students.

KEYWORDS: Judo, Blind, motivational aspects.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A DEFICIÊNCIA VISUAL	9
2.1 CONCEITOS	9
2.2 CLASSIFICAÇÃO	10
2.3 IDENTIFICANDO O DEFICIENTE VISUAL	13
2.4 CARACTERÍSTICAS ADQUIRIDAS	14
3 A DEFICIÊNCIA VISUAL E ESPORTE	18
3.1 A INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NO ESPORTE	18
3.2 EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL	20
4 O JUDÔ	23
4.1 ORIGEM	23
4.2 PRINCÍPIOS	24
4.3 O ESPORTE	26
4.4 PARTICULARIDADES	28
4.5 JUDÔ PARAOLÍMPICO	28
5 JUDÔ E DEFICIENTES VISUAIS	30
5.1 O PROJETO DE JUDÔ PARA DEFICIENTES VISUAIS	30
5.2 BENEFÍCIOS REFERENTES A PRÁTICA	31
6 MOTIVAÇÃO	34
6.1 RELEVÂNCIA	34
6.2 TEORIAS MOTIVACIONAIS	35
6.2.1 Teoria Motivacional da Autodeterminação	36
6.2.2 Teoria Geral da Motivação Humana de Nuttin	38
6.2.3 Teoria da Significação Motivacional da Perspectiva Futura de Lens	39
6.2.4 Teoria da Motivação e Representação de Si Mesmo de Ruel	39
6.3 PESQUISAS	40
6.4 ABANDONO	43
6.5 PAPEL DO TREINADOR/ PROFESSOR	47
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Em nossa sociedade um portador de necessidades especiais (PNE) passa por inúmeras dificuldades. Se muitas vezes já lhes são negligenciados aspectos básicos de direitos e recursos humanos, o que dirá da oportunização da prática de atividades esportivas com o acompanhamento especializado.

O comprometimento parcial ou total do sentido da visão coloca o indivíduo PNE em posição de desvantagem, sob certos aspectos, especialmente os psicomotores, emocionais e sociais, se comparado ao de visão normal (Russo Júnior & Santos 2001, p.1). Contudo, o PNE é um ser humano mentalmente sã e potencialmente ávido por informações que possam contribuir no seu desenvolvimento geral.

A deficiência visual não interfere somente na vida daquele que a possui, mas causa um impacto em toda estrutura familiar e também atinge as pessoas que o cercam. Tanto a cegueira total quanto a visão subnormal pode afetar a pessoa em qualquer idade. Entretanto, com tratamento precoce, atendimento educacional adequado, programas e serviços especializados, a perda da visão não significará o fim da vida independente e não ameaçará a vida plena e produtiva (Instituto Benjamin Constant).

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desenvolve-se um projeto de judô para portadores de necessidades especiais, com ênfase em PNE's. Este projeto proporciona o ensino do judô através de uma metodologia diferenciada, com aulas regulares ministradas por um professor de Educação Física, graduado faixa preta de judô, e bolsistas (acadêmicos de Educação Física e praticantes de judô). Os impasses encontrados no trabalho de campo os fizeram organizar os modos de atuação. Observou-se dentro do projeto que os aspectos motivacionais no judô para deficientes visuais (DV) possuíam aspectos intrigantes, passíveis de serem estudados e analisados.

A relação judô e deficientes visuais é o objeto de estudo deste trabalho, assim sendo, apontar: os aspectos que motivam à prática de esportes, as particularidades acerca do universo dos DV's e as características do judô como esporte e filosofia. Através desta pesquisa buscamos encontrar caminhos facilitadores para a permanência dos DV's no esporte, bem como qualificar e aprimorar as atividades

desenvolvidas para esta população. Nos motiva, não só o sucesso do projeto realizado pela UFRGS com os PNE's, mas, mais do que isto, obtermos uma maior adesão e permanência dos atletas em projetos desta natureza, uma proposta que em si, serve para toda sociedade.

No presente trabalho realizaremos uma análise crítica e ampla das publicações a cerca dos conteúdos de interesse, dentro destas áreas do conhecimento. Através desta pesquisa bibliográfica mostraremos o judô como esporte, seus princípios filosóficos e também situaremos o leitor no universo do deficiente visual, esperando assim, servir de ferramenta para profissionais interessados em trabalhar com este público diferenciado.

Se qualquer indivíduo tido como “normal”, em geral tem a oportunidade de aproveitar todos os benefícios que a prática desportiva em si proporciona, esta parcela da população não poderia ficar de fora. É dever das instituições públicas oferecer uma educação física adaptada para aqueles que necessitarem, como ressalta Michael J. Paciork:

Proporcionar aos alunos habilidades motoras funcionais, conhecimento e oportunidades de levar uma vida saudável e independente é uma importante meta da educação física e da educação física adaptada. Os programas de esporte adaptado podem desempenhar um papel fundamental, ajudando a conquistar uma vida independente, e devem ser considerados e utilizados como uma extensão lógica do programa escolar. (PACIORK, 2004, p. 47).

Pesquisar as características dos diversos desportos e de seus mais variados praticantes contribuí com os profissionais da área da saúde, pois fornece embasamento para o desempenho de suas funções.

Justifica-se o presente trabalho por acreditarmos que ele oportuniza a discussão sobre a inclusão do PNE e amplia o leque de abrangência, fazendo com que cada vez mais projetos e clubes abram suas portas para estes, aceitando o desafio e fazendo do esporte um espaço de interação entre os diferentes.

2 A DEFICIÊNCIA VISUAL

2.1 CONCEITOS

Crianças podem vir ao mundo sem visão e outras pessoas podem tornar-se deficientes visuais no decorrer da vida. Em qualquer idade o indivíduo pode ser afetado tanto pela cegueira total quanto pela visão subnormal. A perda pode ocorrer repentinamente de um incidente, doença súbita ou inclusive de forma tão lenta e gradual que a pessoa atingida demore a tomar consciência do que está acontecendo. No entanto, a ausência do sentido visão não necessariamente significa o fim da autonomia e da independência da pessoa - com tratamento precoce, atendimento educacional adequado, programas e serviços especializados ela pode levar uma vida plena e produtiva. (Portal do Cidadão com Deficiência, 2011).

O Ministério da Educação e do Desporto considera um portador de necessidades especiais (PNE) aquele que possui como característica permanente ou até mesmo temporária algum tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva ou conduta de altas habilidades, precisando de recursos especializados para poder ajudar o seu potencial ou minimizar suas dificuldades. Dentro da escola é chamada de pessoa portadora de necessidade educativa especial (MEC/SEESP, 1995).

De acordo com De Masi (2002) para ser considerado deficiente o indivíduo deve ter alguma limitação ou incapacidade de executar normalmente uma determinada atividade, resultado de qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função anatômica, fisiológica ou psicológica. Fatores culturais e sociais, de gênero e faixa etária devem ser levados em consideração.

O termo deficiência visual refere-se a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em virtude de causas congênitas/ hereditárias ou adquiridas, mesmo após o tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. A diminuição da resposta visual pode ser leve, moderada, severa, profunda (que compõe o grupo de visão subnormal ou baixa visão) e ausência total da resposta visual (cegueira). (MASINI, 1994)

Sendo assim, quando o indivíduo que não consegue enxergar nada ou enxerga de forma parcial, em decorrência de algum trauma ou doença na estrutura e funcionamento do sistema visual e isto lhe acarreta prejuízos quanto à aquisição de

conceitos, acesso a leitura, à mobilidade e orientação independente, interação social e domínio do ambiente poderá também ter atrasos no desenvolvimento normal (DE MASI, 2002).

A cegueira por si própria não corresponde a uma enfermidade, mas pode decorrer de uma ou de um acidente, ou ambos. A maneira pela qual o indivíduo adquiriu a deficiência (acidente ou enfermidade) bem como a idade em que esta se sucedeu (antes do nascimento, logo após, nos primeiros anos ou ao longo da vida), são fatores muito importantes na educação do DV (ALMEIDA e SILVA, 2009).

2.2 CLASSIFICAÇÃO

Pelos critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS) é considerado cego quem apresenta desde ausência total de visão até a perda da percepção luminosa. Já o portador de baixa visão (visão subnormal) é aquele que apresenta desde a capacidade de perceber luminosidade até o grau em que a deficiência visual interfira ou limite seu desempenho. Ainda segundo a OMS, o indivíduo com baixa visão ou subnormal é aquele que apresenta diminuição das suas respostas visuais, mesmo após tratamento e/ou correção óptica convencional, e uma acuidade visual menor que 6/18 à percepção de luz, ou um campo visual menor que 10 graus do seu ponto de fixação, mas que usa ou é potencialmente capaz de usá-la para o planejamento e/ou execução de uma tarefa. (Organização Mundial da Saúde, 2011).

São classificados como portadores de cegueira congênita ou precoce aqueles que nasceram ou se tornaram cegos nos primeiros anos de vida (5 a 7 anos). Estes não retêm imagens visuais úteis nem idéias de cores e confiam de modo pleno em suas experiências e seus conceitos não visuais, sendo assim devem ser ensinados por uma metodologia que se adapte à suas necessidades. (BRASIL, MEC/SEESP, 1995).

A cegueira adquirida ocorre no caso daqueles que perderam a visão após os 7 anos de idade. Estes geralmente conseguem reter a maioria das formas, cores e imagens que tiveram de suas experiências visuais. Normalmente utilizam os conceitos e as experiências adquiridas e vivenciadas no mundo visual, quando ainda enxergavam, que devem ser aproveitadas como suporte durante o processo de ensino. (BRASIL, MEC/SEESP, 1995).

Ainda há outras circunstâncias da cegueira a serem consideradas, como destaca Lowenfeld (1964) apud Russo e Mataruna (2001), como por exemplo no caso da perda repentina da visão, verifica-se comumente um choque, caracterizado por desajustes sensório-motores (noções de espaço, ambiente, controle corporal, etc...) e instabilidade emocional, com amplo impacto na parte psicológica, ocasionando em consequência, alterações nítidas em seu comportamento.

Quando a perda da visão transcorre de forma gradual existe uma forte preocupação com o futuro (possibilidade de ficar totalmente cego). Esta preocupação gera uma perturbação no comportamento, caracterizada por um estado de medo e ansiedade em relação ao futuro. Contudo, por ocorrer de forma progressiva, o processo da perda da visão permite ao indivíduo uma adaptação gradual a uma vida sem o sentido da visão (SAETA, 1999).

Conforme o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), no desporto para atletas com deficiência visual, é aplicada uma classificação considerada regra em qualquer competição de que participam estes atletas. De acordo com esta classificação, todos os atletas portadores de deficiência visual são diferenciados por a letra B (blind, cegos) em relação ao grau de visibilidade. O mesmo parâmetro de classificação se aplica para homens e mulheres.

- A classe ou categoria B1, a perda da luz nos dois olhos, até mesmo aquelas que têm a noção da luz, mas não reconhecem as formato de uma mão em qualquer distância ou até mesmo a posição que se encontra.
- A classe ou categoria B2 chega reconhecer um formato de uma mão, mas isso depende da distância, chegam a ter um grau visão de 2/60 o campo de visão é muito menor que 5 graus em qualquer ângulo.
- A classe ou categoria B3 é considerada com uma agudez cima de 2/60, cujo ângulo é muito maior do que 5 graus qualquer parte do seu ângulo.

Para uma classificação mais precisa dos tipos de deficiências visuais utilizamos as definições da IDEA (Individuals with Disabilities Education Act).

- Deficiência Visual – termo geral que engloba cegueira total e baixa visão.
- Baixa Visão – consegue ler impressos grandes ou com ampliação.

- Cegueira – incapacidade de ler impressos grandes mesmo com ampliação.
- Cegueira legal – acuidade visual igual ou inferior a 20/200 no melhor olho após correção, ou campo visual tão restrito que seu maior diâmetro compreende uma distância angular inferior a 20° (20/200).
- Visão de percurso – capacidade de enxergar a uma distância de 1,52 a 3,04 m o que o olho normal consegue ver a 60,96 m (5/200 a 10/200).
- Percepção de movimento – capacidade de enxergar a uma distância de 91,4 cm a 1,52 m o que o olho normal consegue ver a 60,96 m; essa capacidade se limita quase que totalmente à percepção do movimento.
- Percepção de luz – capacidade de distinguir uma luz forte colocada a 91,04 cm do olho, associada à incapacidade de detectar o movimento de uma das mãos a 91,4 cm do olho (<3/200).
- Cegueira total – incapacidade de reconhecer uma luz forte direcionada diretamente aos olhos.

A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEEME) cita que os portadores de deficiência visual apresentam uma variação de perdas que poderão se manifestar em diferentes graus de acuidade visual, que pode ir desde a ausência da percepção de luz até 0,3 (classificação de Snellen, citado posteriormente), conforme detalhado nas definições médica e educacional.

Mas em relação ao conceito educacional, a classificação dos deficientes visuais passa para duas, os portadores de cegueira e portadores da visão subnormal, respeitando as seguintes características, conforme o IDEA:

- a) A capacidade de ver é inata, mas resultante de habilidades aprendidas em cada estágio do desenvolvimento;
- b) A deficiência da visão não depende diretamente da acuidade visual, pois um resíduo visual pode ter sua eficiência funcional aumentada pelo uso e pela estimulação apropriada;
- c) A experiência educacional tem demonstrado que 75% a 80% dos educandos com acuidade inferior a 0,1 de Snellen têm visão residual suscetível de ter sua eficiência funcional desenvolvida.

Conforme os autores Fay (1970) e Barragra (1976) apud Russo e Mataruna (2001), embasando-se nas características mencionadas, propõem para fins educacionais outros conceitos, são eles:

- Portadores de cegueira - educandos que apresentam ausência total de visão residual, até a perda de projeção de luz, necessitando utilizar o sistema braile como principal veículo de comunicação do processo ensino-aprendizagem e não utilizam nenhum resíduo visual que possam ter para aquisição de conhecimentos, mesmo que a percepção da luz os auxilie na orientação e na mobilidade;
- Portadores de visão subnormal - educandos que apresentam desde condições de indicar a projeção de luz, até o grau em que a redução de sua acuidade visual limita seu desempenho, distribuídos em dois grupos:
 - a) Aqueles que podem ver objetos a poucos centímetros (dois a três) e utilizam a visão para muitas atividades escolares, alguns para ler e escrever com ou sem auxílios ópticos e outros, complementando essas atividades com o sistema braile;
 - b) Aqueles que, em algum grau, estão limitados no uso de sua visão, mas que a utilizam no processo ensino-aprendizagem, quando poderão precisar de iluminação apropriada, auxílios ópticos e/ou texto com letras ampliadas.

2.3 IDENTIFICANDO O DEFICIENTE VISUAL

Para que a criança deficiente visual atinja bons níveis de desenvolvimento, compatíveis a suas capacidades, é necessário recursos especializados, como professores preparados e adaptações curriculares (recursos alternativos de ensino). Vale ressaltar também, que o grupo não é homogêneo, pois os alunos possuem, assim como os alunos de visão regular, suas particularidades para o aprendizado (WINCKLER, 2003).

Cabe muitas vezes aos educadores e os profissionais envolvidos na área, detectar possíveis problemas visuais de seus alunos, que por vezes não são percebidos pela família, principalmente no que diz respeito às crianças. Problemas de visão podem ser facilmente detectados quando dada a devida atenção a alguns

hábitos ou “tiques”, Fay (1970) apud Russo e Mataruna (2001) apresentam alguns desses sintomas característicos da deficiência visual: irritações crônicas dos olhos, indicadas por olhos lacrimejantes, pálpebras, inchadas ou remelasas; náuseas, dupla visão ou névoas durante ou após a leitura; ato de esfregar com freqüência os olhos, franzir ou contrair o rosto quando olha objetos distantes: cautela no andar para evitar tropeços e dificuldades para correr; desatenção anormal durante trabalhos no quadro negro, mapas de paredes, entre outros: queixas de visão embaçada e tentativa de afastar com as mãos os impedimentos visuais; inquietação, irritabilidade ou nervosismos excessivos depois de um prolongado e atento trabalho visual; ato de pestanejar excessivamente, sobretudo durante a leitura; ato de segurar habitualmente o livro muito perto, ou muito distante, procurando a melhor posição para a leitura; ato de inclinar a cabeça para o lado durante a leitura; capacidade de leitura por apenas um período curto de cada vez; ato de fechar ou tampar um olho durante a leitura.

Além da observação destas características, que servem como meios de identificação, ainda existem alguns testes de acuidade visual a serem aplicados. Por exemplo, o Teste de Snellen, permite uma avaliação simples e imediata que leva a um primeiro diagnóstico do estado oftalmológico. De Masi (2002) ressalta que o quanto antes for realizado o diagnóstico oftalmológico, mais fácil será amenizar ou evitar as conseqüências que possam ocorrer no desenvolvimento DV. (BRASIL, MEC/SEESP, 1995).

2.4 CARACTERÍSTICAS ADQUIRIDAS

Algumas características muito peculiares como manias ou hábitos gestuais, fatores psicológicos (dependência, medo, ansiedade) e comportamentais, bem como os baixos níveis de desenvolvimento motor podem ser observados em alguns deficientes visuais. Estas características podem aparecer tanto nos indivíduos totalmente cegos quanto nos de baixa visão, seja ela adquirida ou de nascença. Sua existência não é regra e depende muito de cada indivíduo e de como este é ou foi orientado (WINNIK, 2004).

Craft e Lieberman (2004) apontam um desses hábitos ou manias é o maneirismo ou a auto-estimulação, caracterizado pela realização de movimentos repetitivos, como o hábito de balançar o corpo, agitar os dedos ou levá-los ao olho

entre outros. O maneirismo não tem uma explicação definitiva, mas pode ser uma expressão física de nervosismo, demonstrado de diferentes maneiras. Para os autores, esse hábito, não atrapalhando a vida social, deve ser encarado de forma natural como um comportamento de auto-estimulação recorrente nos DV's (CRAFT e LIEBERMAN 2004).

Mas algumas características adquiridas podem vir a trazer prejuízos para a vida do DV se não forem bem trabalhadas. O sentimento de medo, insegurança e dependência podem acompanhar algumas pessoas com deficiência visual, independentemente da perda visual ser congênita ou adquirida. Estes podem se desenvolver em decorrência da superproteção experimentada pelas pessoas cegas, e não pela falta de visão. Esta superproteção costuma acarretar a redução do número de oportunidades para tais alunos explorarem o ambiente com liberdade, o que pode causar atrasos no desenvolvimento perceptivo, motor e cognitivo. Rubens Venditti Júnior ressalta ainda um outro problema em detrimento do sentimento de segurança e independência para o indivíduo DV.

A questão da insegurança e problemas de locomoção podem levar o deficiente visual ao sedentarismo, o que pode vir a comprometer o seu grau de desenvolvimento. Por isso o trabalho de orientar o indivíduo para uma locomoção adequada, que possibilite acesso à vida social é de extrema relevância (VENDITTI JÚNIOR, 2011, p. 3).

Segundo Joseph P. Winnick (2004) a falta de visão não ocasiona, diretamente, nenhuma inabilidade motora ou física. Porém, as reduzidas oportunidades de movimentação, que costumam acompanhar a cegueira, podem ter como resultado várias conseqüências desta natureza.

Kirk (1972) apud Russo e Mataruna (2001), em estudo realizado, ressaltam que: *“o indivíduo dotado de visão subnormal apresenta, geralmente, um desenvolvimento motor superior ao do indivíduo cego e inferior ao indivíduo de visão normal”*. Em grande parte se deve a relação de estímulos visuais que estes recebem.

Deve-se observar que os problemas emocionais e físicos da criança cega são induzidos pela atitude dos videntes (pessoas com visão normal). Cutsforth (1969) discorre sobre a necessidade de não se buscar “compensações” substitutivas e sim, de se desenvolver as faculdades existentes de forma unitária.

Enquanto a vida de uma criança de visão normal se desenvolve no sentido de incluir um campo de estimulação cada vez maior, a criança cega deve encontrar a própria estimulação dentro do âmbito corporal. Daí em diante ela constitui a maior parte do seu meio ambiente e encontra em si mesma o que a criança dotada visualmente encontra no meio ambiente: o estímulo e motivação para a ação (CUTSFORTH, 1969, p. 46).

Russo e Mataruna (2001) descrevem um quadro geral de uma série de eventuais prejuízos decorrentes da falta de estimulação: insuficiência na noção de lateralidade, a carência de liberdade corporal, equilíbrio corpóreo falho, grande prejuízo na mobilidade, esquema corporal e cinestésico não internalizados, locomoção dependente, má postura, falta de expressão corporal, baixa coordenação motora, inibição voluntária descontrolada, baixo nível de resistência física e de iniciativa para ação motora. Vale ressaltar que estes problemas não são decorrentes da deficiência em si, mas fruto falta de experiências motoras (correr, brincar, jogar e etc...).

Assim sendo, verifica-se pela problemática apresentada, que a caracterização geral do portador de deficiência visual o deixa mais vulnerável a situações geradoras de possíveis comprometimentos psicomotores. Quando isto ocorre, passa a existir uma modificação no rendimento geral (performance na execução de tarefas), resultando em uma instabilidade de todo o sistema psíquico do indivíduo. Apreensão com situações desconhecidas, insegurança em relação as suas capacidades (falta de confiança), dependência, isolamento social, desinteresse pela ação motora, o indivíduo acaba por alterar seu comportamento, o que com certeza o torna diferente do seu grupo, Lowenfeld (1964) apud Russo e Mataruna (2001) comentam que:

Freqüentemente, no indivíduo deficiente visual, verifica-se medo de situações não conhecidas, insegurança em relação as suas possibilidades, dependência, isolamento social, apatia, desinteresse pela ação motora e dificuldade no estabelecimento de relações básicas do seu "Eu" com os que o cercam e com o ambiente em que vive (LOWENFELD 1964 apud RUSSO e MATARUNA, 2001, p.3).

Na visão dos autores Russo e Mataruna (2001), apenas um atendimento que reabilite o deficiente visual para que este supere dificuldades, não é o bastante. Medidas mais severas devem ser tomadas para que estes possam ter as mesmas oportunidades, rompam preconceitos e vivenciem plenamente suas capacidades.

Mais do que um simples atendimento que o reabilite a superar essas dificuldades, o deficiente visual necessita de um conjunto de ações ou métodos que permita construir um novo posicionamento em relação a sua realidade, não sendo mais abordados como objetos defeituosos, mas a partir de um princípio epistemológico, como sujeitos cognoscitivos, superando os comprometimentos físicos, e estabelecendo um comportamento de interação e integração com a sociedade (RUSSO E MATARUNA, 2001, p. 4).

Afim de amenizar os prejuízos que a deficiência possa ocasionar o Programa Institucional de Ações Relativa às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná mostra que é possível realizar programas de sucesso em prol do desenvolvimento dos indivíduos PNE's, quando comunidade, universidade e governo trabalham juntos por um ideal. Eles conseguiram ao longo de anos aumentar o ingresso e a permanência DV's no ensino superior, bem como qualificar o ensino e ampliar o debate acerca do tema. Isso demonstra que levar as informações à todas as camadas da sociedade faz com que o PNE seja melhor amparado, podendo com isso ter um desenvolvimento pleno (ROSSETTO e ZANETTI, 2006).

3 A DEFICIÊNCIA VISUAL E ESPORTE

3.1 A INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NO ESPORTE

Somente no ano de 1994 a UNESCO registrou o termo “inclusão” no que se refere ao âmbito da educação, evidenciando o quanto a preocupação acerca deste assunto é recente. Segundo Kassir (2005) apud Falkenbach (2007), esta denominação compreende em fornecer as *“condições necessárias e favoráveis para receber, manter e promover com plenas competências as crianças com necessidades especiais [...]”*. Apesar da terminologia estar sendo cada vez mais difundida, estudos e experimentos que atendam a abrangência da inclusão precisam ser realizados para sua melhor compreensão (FALKENBACH, A. P.; et al, 2007).

Conforme Duarte (2005) o movimento em prol da inclusão dos PNE's vem crescendo no Brasil ao longo dos anos. Essa inclusão ocorre em diferentes áreas: como na educação, mercado de trabalho e também no esporte. Uma prova desse movimento são as campanhas de inclusão social e a criação de leis que garantem ao PNE direito a acessibilidade. Para que esta iniciativa se confirme é importante que os próprios exijam seus direitos e procurem incluir-se.

A inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também da pessoa com deficiência. (SASSKI, 1997 apud FERNANDES, L. S.; VARGAS L.; FALKENBACH A. P, 2009, p.2).

Soler (2005) destaca que os benefícios da prática esportiva são amplamente conhecidos, eles promovem o desenvolvimento global dos portadores de necessidades especiais. Através do esporte os PNE's podem desenvolver suas habilidades e integrar-se à sociedade, com isso elevando sua auto-estima, Gorgatti e Costa (2005) apud Moreira, W. C.; Rabelo, R. J.; De Paula, A. H.; Cotta, D. O., (2007), acrescentam ainda que a inserção do deficiente no esporte interfere diretamente na sua qualidade de vida, aumentando seu grau de autonomia , melhorando suas relações inter-pessoais entre outros.

[...] os esportes para pessoas com deficiências visuais podem vir a ser compreendido enquanto fenômeno sociocultural de múltiplas possibilidades, cujas dimensões sociais podem abranger a educação, o lazer e o rendimento, e cujas referências principais são respectivamente a formação, a participação e o desenvolvimento (GORGATTI e COSTA, 2005 apud MOREIRA, W. C.; RABELO, R. J.; DE PAULA, A. H.; COTTA, D. O., 2007, p. 5).

Um breve histórico apresentado por Russo e Mataruna (2001) mostra que a preocupação com o desenvolvimento de atividades físicas destinada para alunos cegos, iniciou-se no Brasil no Instituto Benjamin Constant, do Rio de Janeiro, já nos anos de 1930, tendo ocorrido à primeira demonstração em 1931, sendo uma ginástica de forma calistênica, limitando-se a pequenos movimentos e deslocamentos em forma de marcha. Em 1937 o Instituto Benjamin Constant fechou e só reabriu em 1944. Na mesma época o Instituto São Rafael em Belo Horizonte também oferecia o mesmo tipo de ginástica. Alguns anos mais tarde, com o ingresso de profissionais formados em Educação Física, alterou-se a orientação do trabalho. As aulas passaram a dar mais ênfase ao processo educacional, no que diz respeito a problemas de postura, equilíbrio, marcha, recreação, integração e socialização, dando, portanto a entender que se consolidava uma visão mais integradora da atividade física para o deficiente visual.

Em 1971, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu art. 88, consagra-se que a educação de excepcionais, no que for possível, deve enquadrar-se no Sistema Geral de Educação, a fim de integrá-los a comunidade.

Mesmo observando que há anos o deficiente visual busca seu espaço no esporte, a preocupação dos profissionais de Educação Física em oportunizar esportes adaptados à este público, com as ferramentas e metodologia corretas, bem como a maior divulgação e popularização do paradesporto é muito recente (MOREIRA, W. C.; RABELO, R. J.; DE PAULA, A. H.; COTTA, D. O., 2007).

O que se percebe, é que muitas vezes, além das barreiras físicas (serviços e instalações mal planejadas) impostas aos deficientes visuais existem ainda barreiras comportamentais, seja por preconceito, ignorância ou desvalorização das pessoas tidas como normais em relação ao PNE (MASINI, 1994).

[...] pessoas, por seus costumes, valores, atitudes e expectativas sociais, excluem os PNE's, por preconceito, desconhecimento ou desvalorização apesar de terem capacidades iguais aos seus semelhantes que não possuem, ou pelo menos não aparentam ter ver, algum tipo de

necessidade especial (FREITAS e CIDADE, 2002 apud MOREIRA, W. C.; RABELO, R. J.; DE PAULA, A. H.; COTTA, D. O., 2007, p.4).

O PNE, não quer que a sociedade sinta “pena”, ou que pensem que é um ser inferiorizado que necessita de privilégios. Eles querem apenas poder desenvolver suas potencialidades, serem produtivos e se destacarem sejam pelo trabalho, esporte, artes entre outros. O ser humano em sua essência busca o reconhecimento e a valorização (ROSSETTO e ZANETTI, 2006).

3.2 EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL

Considerando que a deficiência visual é um assunto que faz parte da sociedade e pertence ao conjunto da população, a inclusão desta parcela no sistema de ensino regular é extremamente importante. Apesar disto, de acordo com Flesch (2003), pouco se conhece sobre o assunto, pouco se discute sobre a inclusão do deficiente visual e a dinâmica dispensada a ela, na rede regular de ensino. Visto que a educação física e o esporte são oferecidos por órgãos da sociedade, estabelecimentos públicos e instituições educacionais, é necessário que estas oportunidades se ampliem a todos alunos, inclusive aos portadores de deficiência (FLESCHE, 2003).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) ressalta o direito à educação pública, segundo Carvalho (1997, p.103) *“reafirma, com mais detalhes, o referido direito à educação pública e gratuita de pessoas com necessidades especiais”*. O que se questiona é se a inclusão estaria ocorrendo de fato, estariam os profissionais da educação devidamente preparados para dar o suporte necessário aos DV, e as escolas teriam a estrutura adequada as necessidades destes alunos?

Para Soler (2005), a maioria dos professores não possui os conhecimentos técnicos e científicos necessários para se trabalhar com o público portador de necessidades especiais. Acrescenta ainda que desconhecem os benefícios proporcionados aos PNE`s inclusos em atividades desportivas bem como os benefícios proporcionados também à aqueles que não possuem nenhuma deficiência, mas que através do convívio e da integração aprendem a lidar com as diferenças, enxergando os PNE`s como integrantes da sociedade.

Winnick (2004) destaca muito bem que as pessoas que escolhem como carreira de serem educadores físicos ou treinadores desportivos em geral contemplam muito a atividade física e participam ativamente dos esportes e da educação física. Contudo, muitas vezes não tomam conhecimento da educação física e esportes adaptados até o momento em que se preparam para a carreira ou se deparam com a situação real. Na profissão de professor de Educação Física não basta ser um bom executante das tarefas, um bom esportista, é necessário ter a capacidade de transmitir essas habilidades à outras pessoas. Desafio maior ainda quando a turma em questão possui algum tipo de deficiência (PEDRINELLI e VERENGUER, 2004).

Para definirmos a educação física que atende as necessidades especiais, utilizamos o termo Educação Física Adaptada (EFA), que segundo Winnick (2004) definida como:

[...] um programa individualizado de aptidão física e motora; habilidades e padrões motores fundamentais; habilidades de esportes aquáticos e dança; além de jogos e esportes individuais e coletivos; um programa elaborado para suprir as necessidades especiais dos indivíduos. (WEINECK, 2004, p.26).

O campo da Educação Física Adaptada (EFA) ou Educação Física Especial (EFI Especial) vem apresentando um aumento considerável, o que é extremamente importante para a qualificação da formação de profissionais capacitados, necessária para o exercício de atividades inclusivas. Uma pesquisa realizada na Universidade Presbiteriana Mackenzie em parceria com a Escola Superior de Educação Física de Jundiaí, avaliando a formação dos professores atuantes na área inclusiva mostrou que: é indispensável vivenciar questões decorrente do cotidiano do profissional atuante na população com necessidades especiais, a fim de oferecer mais subsídios e experiências e estimular a reflexão do profissional ante sua atuação nessa área; que o ensino acadêmico nem sempre é suficiente para uma performance profissional eficiente no que diz respeito a Educação Física Adaptada (NASCIMENTO, RODRIGUES, GRILLO, MÉRIDA, 2007).

Para Venditti (2011) existem uma serie de classificações e definições a respeito do universo da deficiência visual da qual o profissional de Educação Física atuante deverá interar-se, porém, mais do que isso precisa estar ciente e ater-se principalmente, ao fato de que as limitações nas interações com o meio implicam no

defasagem no nível de desenvolvimento motor, como visto anteriormente no capítulo das características adquiridas. Levando em consideração que, quanto mais significativa a perda de visão, maior a probabilidade de isolamento social, entende-se a importância de proporcionar atividades adaptadas para que todos os indivíduos, independentemente de suas deficiências, envolvam-se ativamente das mesmas, o que proporciona a estimulação do indivíduo de uma forma mais global.

O desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos depende diretamente da formação do profissional do educador físico, e é correto afirmar que primeiramente *“cabe a universidade, que tem como função criar recursos humanos para o desenvolvimento das atividades profissionais”* (PELLEGRINI, 1988, p. 250).

Uma vez formado supõe-se o professor passou por experiências práticas bem como possui o embasamento teórico para organizar e realizar suas aulas, sendo assim capacitado a atender as necessidades de seus alunos respeitando suas especificidades (NASCIMENTO, RODRIGUES, GRILLO, MÉRIDA, 2007).

Falkenbach (2007) acredita que o segmento da educação física escolar pode ser entendida como a área pedagógica com menor disposição para as finalidades de inclusão, devido ao seu histórico de prática seletiva, segregadora e técnica. Essa questão da deficiência e do seu processo educacional não faz somente parte do passado, se faz necessária no presente e bem provável no futuro. Para Falkenbach (2007), a inclusão ocorrerá quando houver um ambiente novo e criativo, com uma organização escolar diferenciada respeitando as características especiais de cada um, quebrando aquele estigma de ação pedagógicas baseadas em “ganhar ou perder”, “melhor ou pior” (FALKENBACH, A. P., et al, 2007).

4 O JUDÔ

4.1 ORIGEM

Vivendo em uma sociedade violenta, onde as coisas eram resolvidas através da força e da agressividade, surge a necessidade de saber defender-se. Aprimorando técnicas de defesa pessoal e de combate de guerra, surge no Japão, na idade média o *jujitsu*. A literatura a respeito da precisão das datas e dos acontecimentos é um tanto conturbada, sendo difícil distinguir o que de fato ocorreu do que foi lenda ou mito (BONÉT-MAURY; COURTINE, 1994). Em uma época de muitas guerras, constantes invasões e onde reinavam os samurais, saber lutar fazia muita diferença, esse foi um terreno fértil para o desenvolvimento do *jujitsu*, que se originou de um misto de diferentes técnicas de lutas (VIRGILIO, 1994).

Com o passar do tempo o *jujitsu* acabou se disseminando por todo Japão, formando diferentes correntes e escolas. Contudo não havia entre eles um ideal de cavalheirismo, de convivência, nem princípios pedagógicos, filosóficos ou morais, seus praticantes travam combates sem regras com intuito de testarem forças, focados unicamente na vitória. Com isso a prática do *jujitsu* acabou sendo marginalizada e começou a entrar em decadência (VIRGILIO, 1994).

Dentro desse contexto, surge um jovem estudante da Universidade Imperial de Tóquio, dotado de larga visão e idealismo e também praticante de lutas chamado Jigoro Kano. Este ao analisar a decadência do *jujitsu* achou que mudanças deveriam ser feitas principalmente afim de preservar os valores tradicionais de sua cultura. Para isso reuniu e organizou um conjunto de técnicas oriundas do *jujitsu*, aliadas à princípios filosóficos e em 1882 fundou sua escola, a Kodokan, onde passou a ensinar arte marcial com uma pedagogia diferenciada denominada “judô”, que significa “caminho suave”. Kano fez do judô um esporte por excelência, apresentando técnicas, regras, filosofia e princípios. Este conjunto de qualidades fez o judô prosperar, sendo hoje uma modalidade difundida e praticada pelo mundo inteiro. (RUSSO; MATARUNA, 2001)

4.2 PRINCÍPIOS

O judô dentre as mais diversas modalidades de artes marciais, se destaca por seus princípios filosóficos, os quais foram idealizados por Jigoro Kano “*visando o desenvolvimento do praticante de maneira integral, indo além da prática de movimentos complexos e repetitivos, mas sim utilizar desses de maneira a desenvolver potencialidades intrínsecas dos praticantes.*” (DAIANE; SARAY, 2005, p. 4).

A essência do judô é composta pelos princípios filosóficos que Jigoro Kano estabeleceu na criação da arte marcial. O objetivo era que esses princípios fossem levados para vida diária do judoca, e que este disseminasse a filosofia por toda sociedade, afim de construir um mundo melhor. (BROUSSE; MATSUMOTO, 1999 apud FRANCHINI, DEL`VECCHIO, 2007).

As duas máximas que regem a base do judô são:

- *Seryoku Zenyô* (Máximo de eficiência, com o mínimo de esforço).

Neste primeiro podemos observar a preocupação com o desenvolvimento em prol da eficiência das técnicas sobrepondo-se a força. Desta maneira indivíduos menores e poderiam através de suas habilidades técnicas compensar o tamanho e força dos adversários;

- *Jita Kyoie* (Prosperidade e benefícios mútuos).

O segundo princípio demonstra o que o judô não se pratica sozinho, Jigoro Kano acreditava que a idéia do desenvolvimento pessoal deveria estar ligada a ajuda ao próximo, confiando na idéia de que a eficiência e o auxílio aos outros criariam não somente um esportista melhor como um ser humano mais completo. Refere-se ao valor da solidariedade para o melhor bem individual e universal (BROUSSE; MATSUMOTO, 1999).

São nove princípios que compõem o espírito do judô. Eles mostram a maneira de percorrer o “suave caminho” fundamental para o estudo, compreensão e progresso no judô (BROUSSE; MATSUMOTO, 1999):

- 1) *Conhecer-se é dominar-se, e dominar-se é triunfar;* Para conhecer suas possibilidades, capacidades, qualidades e defeitos, para saber enfrentar uma

diversidade de situações o homem precisa conhecer a si mesmo. Reconhecendo estes fatores, obtendo um equilíbrio interior o indivíduo adquire um maior controle emocional e melhor aproveitamento do seu potencial, com isso aumenta suas chances de triunfar.

2) *Quem teme perder já está vencido;* Aquele que entra para um combate, disputa ou desafio, inseguro de si mesmo, de suas capacidades e possibilidades, acaba por diluir suas forças, nutrindo aqueles que buscam o êxito com mais disposição.

3) *Somente se aproxima da perfeição quem a procura com constância, sabedoria e sobretudo, humildade;* o homem tem em sua essência a necessidade de evoluir em busca da idealizada perfeição, porém o único jeito de se aproximar desse ideal é através da perseverança, sabedoria e acima de tudo a humildade.

4) *Quando verificares, com tristeza, que nada sabes, terás feito teu primeiro progresso no aprendizado;* muitas vezes o homem se aprofunda em determinados assuntos e passa a acreditar que sabe tudo. Porém ao perceber que as possibilidades são infinitas acaba por se dar conta de que não sabe nada ou muito pouco. Reconhecer isto é triste e doloroso, mas é o primeiro passo no processo de aprendizagem.

5) *Nunca te orgulhes de haver vencido um adversário. Quem venceste hoje, poderá derrotar-te amanhã. A única vitória que perdura é a que se conquista sobre a própria ignorância;* a humildade deve prevalecer sobre o orgulho, ninguém tem certeza do dia de amanhã, portanto é preciso tratar a todos com igualdade e respeito. Pessoas orgulhosas se tornam arrogantes e soberbas, criando um clima hostil a sua volta.

6) *O judoca não se aperfeiçoa para lutar; luta para se aperfeiçoar;* as vitórias em cima do tatame não são a única meta do judoca, o judô busca um desenvolvimento completo do indivíduo, a harmonia perfeita de corpo e espírito. Esses ideais tornam o esporte diferente dos demais.

7) *O judoca é o que possui inteligência para compreender aquilo que lhe ensinam e paciência para ensinar o que aprendeu aos seus companheiros;* o judoca precisa ter a capacidade de assimilar os ensinamentos, e mais do que isto, estar disposto a passar esses ensinamentos adiante, a fim de contemplar um das máximas do judô, bem estar e benefícios mútuos.

8) Saber cada dia um pouco mais, e utilizando o saber para o bem; é o caminho do verdadeiro judoca; o homem dinâmico e evoluído busca sempre estar atualizado, é ávido pela informação. Com o passar do tempo, adquire conhecimentos e experiências, e tem por dever, como bom judoca, utilizar deste para o bem.

9) Praticar judô é educar a mente a pensar com velocidade e exatidão, bem como ensinar o corpo a obedecer corretamente. O corpo é uma arma cuja eficiência depende da precisão com que se usa a inteligência; quanto mais acumulamos experiências na prática do judô e nos aprofundamos em sua filosofia mais fascinante ele se torna, dada sua larga diversidade de valores físicos, morais, intelectuais e espirituais. Somado a estes atributos, o treinamento físico e o conhecimento de técnicas de luta, fazem do judoca uma arma em potencial, da qual depende somente dele a maneira como irá utilizá-la.

Os nove princípios do judô devem ser difundidos entre os praticantes, para que conforme o desejo de seu fundador Jigoro Kano, não se torne apenas mais um esporte de resultados, e que passe a fazer parte do estilo de vida da pessoa. Eles são a essência da arte marcial e a eles os judocas devem atenção, obediência e zelo. Entretanto, com a disseminação do judô pelo mundo, ele vem se tornando um esporte cada vez mais competitivo. Com isso, os professores (senseis) demonstram uma maior preocupação com obtenção de resultados positivos em competições, e assim, acabam muitas vezes deixando de lado as questões essenciais que compõe a filosofia da arte marcial (DAIANE; SARAY, 2005).

4.3 O ESPORTE

A transformação esportiva do judô gerou grande divergência entre os participantes mais tradicionalistas, acreditavam que seguindo a tendência dos outros esportes, como a criação de categorias e o envolvimento com a mídia o judô alteraria seu foco, perdendo seus preceitos filosóficos (CLEMENT; DEFRANCE; POCIELLO, 1994 apud MONTEIRO, 1998). Porém, o desenvolvimento do judô como esporte de alta performance, era um processo inevitável, frente ao mundo globalizado, que busca sempre os melhores resultados e incentiva a competição.

Cabe aos professores a manutenção dos valores e costumes em suas aulas (FRANCHINI, 2001). Franchini (2001) aponta alguns fatores que foram decisivos nesse processo de modernização e ocidentalização pelo qual a arte marcial passou, tais como: implantação do judô em clubes, criação de órgão reguladores e federações, participações em competições, envolvimento com patrocinadores e mídia, entre outros [...].

Apos a criação da Federação Internacional de Judô em 1951, muitas mudanças no conhecimento técnico, formas de ensino, relação professor-aluno e objetivos foram ocasionadas pelo processo de “esportivização” e globalização do judô. Até então ele era visto como um método japonês de atividades espiritual ou de autodefesa e muito pouco como esporte (BROUSSE, 2001 apud FRANCHINI, 2001, p. 36).

Villamón et al. (1999) conta que, assim como outros esportes, o judô precisou sofrer algumas alterações em suas regras para se tornar mais atrativo ao público. Ele passa a ser mais pragmático, com isso perde um pouco do “espírito de sobrevivência”, essência das artes marciais, e reincorpora o “espírito de competição”, mais adequado aos preceitos da época. (VILLAMON et al, 1999)

Hoje em dia, o judô é um dos esportes de luta mais praticado pelo mundo, tendo também um dos maiores números de atletas federados. Nas escolas e clubes crescem a cada ano número de participantes, e como nas palavras de Virgillio (1994) “*representando um nicho de mercado fiel e bem definido*”. Do esporte participam pessoas de todas as faixas etárias e de ambos os sexos e inclusive portadores de deficiências, como consta no presente trabalho. Estas pessoas são atraídas pelos mais diversos motivos. (VIRGILIO, 1994)

A prática do esporte desperta interesse, não somente por seu aspecto competitivo, mas mais do que isso, pelos benefícios recreativos, físico, mental, entre outros, “*o judô favorece o equilíbrio físico e psíquico-afetivo daqueles que o praticam, afinando as qualidades de concentração, aplicação, perseverança e abnegação. Além disso, estimula e dá confiança aos angustiados e indecisos.*” (VILLIAUMEY, 1981 apud RUSSO e MATARUNA, 2001, p.3). O judô trabalha tanto o condicionamento físico; exercitando o corpo com repetições de técnicas, deslocamentos, combates, entre outros, bem como fortalece o psicológico ao superar medos, angustias, nervosismos e ansiedades, sendo “[...] *o equilíbrio emocional e as capacidades cognitivas são condicionantes importantes na prática do judô.*” (CARMENI, 1998 apud RUSSO e MATARUNA, 2001, p.3).

4.4 PARTICULARIDADES

Calleja (1989) salienta algumas particularidades do judô que são oriundas das primeiras escola e que permanecem vivas até os dias de hoje.

As aulas de judô são realizadas em um local apropriado chamado de “*dojo*”, este de preferência deve ser amplo, arejado e limpo, como pregava Jigoro Kano. No chão conter tatames, essenciais para o amortecimento nos “*ukemis*” (quedas e rolamentos) e “*katame-waza*” (técnicas de solo). Para que os alunos sempre lembrem da história e origem da prática, os dojos possuem um foto do seu mestre fundador, Jigoro Kano, e o vocabulário das técnicas e comandos utilizados permanece em japonês, como em sua criação original (CALLEJA, 1989).

O mestre, professor ou treinador é chamado de “*sensei*”, e este é autoridade máxima dentro do dojo, à ele o aluno deve respeito e disciplina. É o sensei que instrui o aluno sobre as regras de etiqueta, deveres e obrigações, como: cumprimentar e respeitar companheiros e mestres, ter postura dentro e fora do tatame, manter a higiene em dia, estar sempre atento as instruções que lhe são dadas, enfim, adequar-se à (CALLEJA, 1989).

No “*shiai*”, combate esportivo, a busca do atleta é o “*ippon*”, golpe perfeito. O ippon pode ser alcançado através da aplicação de uma queda perfeita; uma finalização, imobilização do adversário, desistência do oponente ou por pontos nos quais o atleta que foi superior no combate irá sair vencedor (VILLAMON, M.; MOLINA, J. P., 1999).

A vestimenta utilizada nessa modalidade é o “*judogui*” ou kimono, composta por; casaco (*wagi*), calça (*zubon*), que com o cinturão ou faixa (*obi*) e o chinelo, formam a vestimenta necessária à sua prática. O *judogi* pode ser branco ou azul, ainda que o azul seja quase apenas utilizado para facilitar as arbitragens em campeonatos oficiais (VILLAMON, M.; MOLINA, J. P., 1999).

4.5 JUDÔ PARAOLÍMPICO

O judô voltado ao público deficiente visual acompanha o crescimento do esporte no mundo todo. Os inúmeros benefícios que a prática do esporte proporciona, tornou o judô muito popular, Mataruna (2006) estima que mais de 2.600 pessoas com as mais variadas deficiências pratiquem a modalidade. As regras são

praticamente as mesmas do judô convencional, com a diferença que os atletas não são punidos quando saem da área de luta e o combate inicia com ambos lutadores realizando suas pegadas (forma de segurar no kimono). A Federação Internacional de Esportes para Cegos, fundada em Paris em 1981, é a responsável pelo esporte no mundo e no Brasil é a Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais. (Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2011)

De acordo com dados do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) o judô foi a primeira arte marcial, de origem asiática a entrar no programa paraolímpico. Desde a década de 70 a modalidade já era praticada, mas foi em 1988 que estreou nos jogos paraolímpicos em Seul. Nesta e nas edições de Barcelona, Atlanta e Sydney o esporte contou apenas com a participação de atletas do naipe masculino. Apenas em 2004, nos jogos paraolímpicos de Atenas as mulheres tiveram seu espaço garantido nos tatames. Antônio Tenório é um dos grandes representantes do Brasil na modalidade, além de ser tetracampeão paraolímpico consegue se destacar também em competições com atletas regulares (não cegos), tendo sua história recentemente contada em um documentário. (Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2011)

Desde quando a modalidade ingressou dos Jogos Paraolímpicos, o Brasil demonstra ser uma das maiores potências mundial, uma prova disso é o excelente histórico que o CPB apresenta, aumentando a cada ano o número de atletas e medalhas. De lá pra cá ganhou mais espaço na mídia e passou a contar com o apoio de patrocinadores, fator fundamental para alavancar o esporte. (Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2011)

Esse sucesso se explica pela maior valorização que os deficientes vem ganhando na sociedade brasileira. O aumento do número de projetos, competições e incentivos destinados aos portadores de necessidades especiais faz com que cresça também o esporte paraolímpico. Em decorrência dessa ascensão, áreas como psicologia, fisiologia, treinamento de performance, entre outras que estudam o fenômeno esportivo, começam os poucos voltar seus olhares para o judô paraolímpico, e produzir estudos na área. Porém como todo esse movimento é muito recente, segundo Mello e Fernandes Filho (2004), a literatura acerca do assunto é muito escassa, inclusive no Brasil, que possui grande destaque no cenário paraolímpico. (MELLO, M.F.; FERNANDES FILHO, J., 2004)

5 JUDÔ E DEFICIENTES VISUAIS

5.1 O PROJETO DE JUDÔ PARA DEFICIENTES VISUAIS

A exclusão de pessoas portadoras de deficiência física dos programas esportivos não é incomum, e esta acontece por diferentes razões: por desconhecimento; preconceitos; falta de profissionais capacitados, entre outros. Somados esses e outros fatores fazem com que os indivíduos portadores de deficiência sejam privados dos benefícios referentes à prática da atividade física (WINCKLER, 2003).

Para tentar reverter esse quadro, e incluir esta parcela da população nas práticas esportivas, se faz necessária a criação de projetos, campanhas e programas direcionados aos PNE`s, contando com alguns cuidados, como salientam Pedrinelli e Verenguer (2004).

[...] a elaboração de um programa de atividades voltado para pessoas em condição de deficiência, qualquer que seja ela, deve estar muito bem orientada e informada em relação aos limites, restrições de cada um e, sobretudo, em relação às possibilidades dos mesmos. Para isso a atividade motora deve ser adaptada em função das necessidades apresentadas e das potencialidades destes sujeitos, através do novo paradigma da diversidade humana (PEDRINELLI; VERENGUER, 2004, p.56).

Para entender as razões e finalidades do presente trabalho de conclusão de curso é de suma importância conhecer um pouco sobre o projeto do qual se originaram as questões a serem abordadas a cerca do tema; judô para deficientes visuais.

Visando desenvolver a melhoria da qualidade de vida de pessoas portadoras de necessidades especiais e promover a inclusão social destas, a Escola de Educação Física da UFRGS possui uma área de atuação específica, chamada Educação Física Especial, com disciplinas, atividades de pesquisa e extensão. A proposta deste projeto encaixa-se nessa área, na medida em que busca, através do judô, atingir tais objetivos, tendo como pressuposto o desenvolvimento de uma metodologia apropriada que inicialmente se deu pela categoria dos deficientes visuais, tendo em vista a existência de acúmulo nessa área (CAMPANI, D. B. e KRUMEL, V. F., 2009).

Percebendo a necessidade de um treinamento mais especializado, com uma metodologia apropriada, levando em consideração as necessidades especiais de alguns alunos, surgiu a idéia da criação de um projeto diferenciado. Voltado ao público portador de necessidades especiais, principalmente os deficientes visuais, mas aceitando a participação amigos, familiares e interessados, para a prática de aulas de judô. Ministradas por um professor formado em Educação Física e graduado faixa preta de judô, auxiliado por alunos bolsistas graduandos em Educação Física e também praticantes de judô. (CAMPANI, D. B. e KRUMEL, V. F., 2009)

Desde 2005, o projeto tem por objetivos oportunizar a prática do judô para indivíduos portadores de necessidades especiais; desenvolver uma metodologia de ensino apropriada para portadores de necessidades especiais; capacitar profissionais nesta área; propiciar o desenvolvimento de atividades paraolímpicas; articular instituições e entidades representativas do setor social (CAMPANI, D. B. e KRUMEL, V. F., 2009).

5.2 BENEFÍCIOS REFERENTES A PRÁTICA

A ausência ou a diminuição do sentido da visão coloca o ser humano, especialmente as crianças, em desvantagem em vários aspectos. Ocorrem defasagens psicomotoras, má adaptação sensório-motora, sério comprometimento da autonomia e exploração espacial do indivíduo, porte defeituoso, entre outras anomalias, que acabam prejudicando o seu processo de ensino/aprendizagem e sua conseqüente interação na sociedade, como apresentado anteriormente no capítulo das Características Adquiridas.

No que diz respeito à forma de locomoção, orientação e mobilidade, o comprometimento da visão impõe a pessoa uma serie de dificuldades. O medo de cair, esbarrar ou sofrer algum tipo de acidente e acabar se machucando acaba minando a autoconfiança do DV, desencorajando o mesmo a explorar novos ambientes e ter uma maior independência. (LOWENFELD, 1964 apud CAMPANI, 2008). A cerca de programas que trabalhem orientação e mobilidade para DV's a literatura preconiza que devem ser levadas em considerações algumas questões, como necessidades gerais da pessoa, possibilitar a exploração, auto-realização, promover a independência pessoal. Esse trabalho se realiza através do

desenvolvimento de certos estímulos como: conhecimento do esquema corporal, postura, treinamento dos sentidos, equilíbrio, técnicas específicas de mobilidade (LOWENFELD, 1964 apud CAMPANI, 2008).

Referente aos aspectos mencionados acima, a prática do judô vêem para reforçar esse trabalho, uma vez que desenvolve de forma segura e progressiva questões como deslocamentos, propriocepção, lateralidade, movimentação corporal, e ensina o fundamentalmente o praticante a cair de forma segura, através dos rolamentos (*ukemis*), aprendendo a absorver o impacto de eventuais quedas. Como no judô o trabalho é realizado em um amplo espaço, com o solo devidamente revestido por tatames, o aluno pode realizar a atividade com plena segurança. Com o tempo se torna mais confiante na realização das tarefas, alterando de forma positiva seu grau de autonomia e independência funcional. (SEISENBACHER; KERR, 1997 apud CAMPANI, 2008).

Winckler (2003) ressalta ainda que a abordagem deva ser muito cautelosa. Indica que informações cinestésicas, táteis e auditivas, devem ser utilizadas como recursos a fim de suprir a carência ou deficiência de informações visuais. O mesmo sugere ainda que é interessante que os profissionais envolvidos com o público em questão experimentem situações em que são privados do sentido da visão, como realizar atividades vendados, para que vivenciem, mesmo que por um breve momento, o modo de percepção de um DV. Com a finalidade de “[...] facilitar a elaboração das informações sobre movimentos e descrição dos ambientes envolvidos no trabalho” (WINCKLER, 2003).

Esses recursos são muito utilizados no judô para DV’s, por exemplo: o solo revestido por tatames e o contato dos pés descalços com este, promove a percepção tátil; o uso de kimonos bem como o permanente contato com o colega/adversário facilita a realização dos objetivos; os comandos do judô são feitos de forma oral pelos árbitros ou professores. Esses são alguns dos elementos que tornam a prática do judô adequada os DV’s, a fim de otimizar suas capacidades e minimizar os eventuais prejuízos decorrentes da falta da visão. (VIEIRA; RUSSO, 2006).

No judô cada técnica é composta por um conjunto de ações motoras, que precisam estar coordenadas para funcionarem, por isso, durante o ensino, o professor, a fim de que o aluno tenha melhor noção de sua estrutura física, procura

oferecer aos mesmos conhecimento da função e ação de cada seguimento corporal (VIEIRA; RUSSO, 2006).

O treinamento de judô desenvolve algumas valências físicas, principalmente àqueles que desejam melhorar seu rendimento no esporte, tais como: agilidade, força, velocidade, resistência, postura e equilíbrio, entre outros. Além do benefícios fisiológicos, atuam diretamente na organização e orientação espaço-temporal, assim como no aperfeiçoamento da motricidade, na diminuição da inibição e da ansiedade. Com isso, temos um indivíduo com melhor condicionamento físico, maior coordenação motora, então o desporto assume na vida do mesmo uma função utilitária complementar uma vez que auxilia nas atividades da vida diária. Estas atividades podem ir das coisas mais simples como vestir-se ou andar, até mesmo questões mais complexas como organização pessoal e desempenho profissional, que no universo do PNE podem ter outras dimensões (VIEIRA; RUSSO, 2006).

O judô é uma arte marcial que se preocupa com o ser humano como sendo integral e indivisível, possibilitando o desenvolvimento de técnicas corporais aliadas a um forte componente filosófico, principio esses que se aplicarão a todas as fazes da vida, desafios, combates e contratempos, com os quais o individuo em condição de deficiência visual porventura irá se defrontar, auxiliando-o nas suas atividades, quer sejam esportivas, sociais ou profissionais. (RUSSO; SANTOS, 2001 apud ALMEIDA; SILVA, 2009, p. 25).

Embora toda e qualquer prática desportiva seja de vital importância para o aprimoramento de deficientes, o judô tem se destacado por ser uma modalidade que preza pela disciplina. Afinal, o desporto tem no desenvolvimento da arte tão ou mais importância quanto o objetivo de vencer (ALMEIDA; SILVA, 2009).

O judô não é somente uma técnica física para o corpo, mas também um principio filosófico para o fortalecimento do espírito. Princípio esse que se aplicará em todas as fases da vida humana, em todos os desafios, combates e contratempos, com que porventura se defrontará o portador de deficiência visual nas suas atividades, que sejam esportivas, sociais ou profissionais. (VIEIRA; RUSSO, 2006, p.23).

Kastrup(2005) analisa o processo de atensão/desatensão e aprendizado, muito comentado atualmente na rede de ensino escolar, e destaca que a realização do exercícios de concentração passa a ser corporificada, fazendo parte da vida cotidiana do aluno. Esse exercício da concentração é fundamental na prática do

judô, visto que o adversário pode usar do momento de desatenção para aplicar sua técnica, sendo a derrota o preço a pagar por estar desconcentrado.

O treinamento de artes marciais tem como ponto fundamental disciplinar seus praticantes e através da aquisição de técnicas de luta tornar o indivíduo preparado para o combate. Treinando o corpo e a mente os benefícios são inúmeros. Todas as benfeitorias citadas no capítulo fazem do judô uma arte marcial excelente para os DV's. (ALMEIDA; SILVA, 2009).

6 MOTIVAÇÃO

6.1 RELEVÂNCIA

Os participantes de projetos para pessoas portadoras de necessidades especiais, assim como os indivíduos regulares, se inserem e também abandonam a prática desportiva por diferentes razões. Para Becker Jr. (2000) cada participante tem suas particularidades, em detrimento da percepção que tem do ambiente que o cerca. Essa percepção varia de acordo com cada personalidade, sendo assim podendo haver razões diferentes ou semelhantes para prática.

Cardoso, et al (2010) cita como fator mais importante, para iniciar e manter-se engajados nos esportes adaptados, as motivações individuais. Entender estas questões que levam a procura da realização da atividade esportiva bem como as causas do abandono podem ajudar na elaboração de programas de treinamento voltados a este e outros projetos de cunho inclusivo. Assim sendo, com base em bibliografias que abordam este tema, buscamos definir os fatores motivacionais e não só eles, como também o seu oposto, os fatores de amotivacionais.

Para o educador físico, professor ou treinador, o conhecimento acerca da motivação é especialmente importante, uma vez que o estilo motivacional do mesmo possui forte influencia na motivação de seus alunos (GUIMARÃES; BORUCHOVITCH, 2004).

Metodologias, objetivos e planos de aula podem ser alterados ao identificar os fatores que influenciam o estado motivacional do aluno, do professor e/ou grupo. Informações como estas podem auxiliar no aumento da participação e rendimento dos alunos em programas de treinamentos, não obstante em maneiras de atrair um público-alvo para a modalidade (NASCIMENTO; RODRIGUES; GRILLO; MÉRIDA, 2007).

Balbinotti (2009) destaca o construto motivacional e suas teorias em prol do ensino do tênis, mas é possível ampliar a aplicação destes conhecimentos para outros esportes, incluindo o judô. Para responder as dúvidas acerca dos aspectos motivacionais do desportista é de fundamental importância estabelecer uma fundamentação teórica sobre a temática. Destaca-se que: “*A motivação tem sido considerada uma variável chave para a prática do esporte em diferentes níveis:*

aprendizado, lazer, treinamento e desempenho.” (BALBINOTTI; BALBINOTTI; JUCHEN, 2009).

Além de serem relevantes para a prática esportiva, os fatores motivacionais são diferentes de uma pessoa para outra, o que torna seu estudo muito mais complexo e peculiar. (WEINBERG; GOULD, 2001).

[...] é de grande importância, para realização das atividades esportivas com maior autonomia e segurança, levar em consideração os fatores motivacionais que direcionam os alunos para a prática desportiva, considerando que as razões podem variar de acordo com cada praticante. (WEINBERG; GOULD, 2001, p. 57).

Samulski defende ainda que:

[...] a motivação é caracterizada como um processo ativo, intencional e dirigido a uma meta, o qual depende da interação de fatores pessoais (intrínsecos) e ambientais (extrínsecos)”. Segundo esse modelo, a motivação apresenta uma determinante energética (nível de ativação) e uma determinante de direção do comportamento (intenções, interesses, motivos e metas). (SAMULSKI, 1995, p.104).

Conforme Weinberg e Gould (2001), a motivação no esporte é baseada na relação entre fatores pessoais (personalidade, necessidade, interesses, motivos, metas e expectativas) e situacionais (estilo de liderança, facilidades, tarefas atrativas, desafios e influências sociais), e os mesmos fatores variam ao longo da vida, podendo alterar seu grau de importância em diferentes fases.

6.2 TEORIAS MOTIVACIONAIS

A escolha da teoria motivacional a ser utilizada em determinada prática depende muito dos objetivos pretendidos e do público alvo, Balbinotti, Balbinotti e Barbosa (2009, p. 234) destacam que: *“a literatura tem apresentado o termo motivação sob vários formatos, dependendo da teoria que está por detrás da intenção de sua utilização”*.

Os mesmos afirmam que mesmo com uma vasta literatura a respeito do tema: *“poucos artigos ou escritos em geral são encontrados quando o objetivo é discutir uma teoria motivacional aplicada a um grupo específico de jovens.”* (BALBINOTTI; BALBINOTTI; BARBOSA, 2009, p. 233).

Assim sendo, embasaremos o presente trabalho com teorias que acreditamos serem

complementares a prática esportiva trabalhada no judô, mas não pretendemos desta forma esgotar o assunto das teorias motivacionais, que reconhecemos ser muito extenso e vasto.

6.2.1 Teoria Motivacional da Autodeterminação

De acordo com Deci e Ryan (2000) *apud* Guimarães e Boruchovitch (2004) essa teoria foi elaborada com a intenção de entender os elementos da motivação extrínseca e intrínseca e os fatores relacionados à sua promoção. Além disso, segundo Balbinotti (2009), ela propõe que a motivação do indivíduo significa que sua disposição para fazer algo, sua curiosidade exploratória, sua vontade de executar e que o grau da intensidade motivacional irá variar de acordo com seu interesse pela atividade.

Balbinotti (2009) e colaboradores expõem uma das principais teorias motivacionais utilizadas na psicologia do esporte, como uma teoria relativamente recente e completa comparada as demais concepções teóricas motivacionais, visto que analisa o conjunto de variáveis internas e externas do indivíduo.

[...] segundo a teoria da autodeterminação, a motivação não é mais o resultado de uma única característica interna relacionada à personalidade do jovem, ou seja, uma variável unidimensional, e sim uma interação dinâmica de intensidade diversa e por vezes nula entre um e outro aspecto de um conjunto de variáveis internas e externas ao indivíduo. (BALBINOTTI; BARBOSA, 2009, p. 100).

Para um melhor entendimento das relações acerca da teoria da autodeterminação ela se subdivide em três partes: motivação intrínseca, extrínseca e amotivação.

Quando o sujeito resolve, por vontade própria, ingressar em uma atividade na busca do prazer e satisfação na realização, dizemos que este está intrinsecamente motivado. (Balbinotti e colaboradores 2009, *apud* Ryan; Deci 2000b). No âmbito do judô poderíamos dizer que a motivação intrínseca pode se dar de diferentes formas, tanto na vontade do sujeito em treinar pelo prazer em praticar a atividade, aprender novas técnicas tanto quanto na sensação positiva de obter vitórias e sucesso no que se propôs a realizar. O *randori* (combate) é uma boa

prática pedagógica do judô para despertar a motivação intrínseca, durante os treinamentos.

[...] estar intrinsecamente motivado significa que o objetivo desejado e a sua satisfação têm origem no interior do próprio sujeito, isto é, em sua personalidade. Isso significa que o indivíduo é capaz de satisfazer-se com sua própria ação comportamental, conseguindo extrair daí todas as sensações prazerosas que essa dinâmica interna proporciona. (BALBINOTTI; BALBINOTTI; BARBOSA, 2009, p.101).

Quanto a motivação extrínseca o objeto desejado tem origem no exterior do sujeito, podendo ser principalmente influenciado de três maneiras diferentes: regulação externa, interiorizada e identificada. Quando o indivíduo busca a realização da atividade visando premiações, recompensas ou até mesmo por medo de sofrer represálias, chamamos esta categoria de regulação externa. A regulação interiorizada é quando o indivíduo realiza uma ação visando obedecer ou satisfazer as expectativas de outra pessoa, papel normalmente ocupado por pais, professores/treinadores, colegas, entre outros. Situação facilmente observável em competições de judô onde o atleta se encontra no tatame, frente ao seu oponente, a mercê de um resultado que pode agradar ou não aqueles que o acompanham. São ações desencadeadas por pressões internas do sujeito. (BALBINOTTI, BALBINOTTI, BARBOSA 2009). Ao sujeito que reconhece a importância de determinada tarefa e a executa mesmo sem muita vontade, mas por saber de seus benefícios dá-se o nome de regulação identificada (BALBINOTTI, BALBINOTTI, BARBOSA 2009). Seria o exemplo de um atleta que realiza o treinamento de preparação física, mesmo não gostando, pois sabe que irá melhorar seu rendimento nas lutas durante uma competição de judô:

[...] um indivíduo extrinsecamente motivado é aquele que ingressa em uma atividade por expectativa de resultados favoráveis ou por outras contingências não necessariamente inerentes a essa atividade. (RYAN; DECI, 2000b apud BALBINOTTI; et al., 2009, p.103).

Em oposição das motivações extrínseca e intrínseca, a amotivação entende-se como a falta de motivação para a realização de alguma tarefa. Pode ser por falta de interesse, de aptidão ou outras razões, o importante é frisar que neste caso ocorre a ausência de motivação. Esses comportamentos são desencadeados por

fatores externos que fogem do controle consciente do indivíduo. (BARA FILHO; GARCIA, 2008).

Amotivação é um estado motivacional que pode ser encontrado em um indivíduo que não está suficientemente apto a identificar bons motivos para realizar uma determinada atividade, ou seja, não está disposto a agir naquela direção, a realizar aquela ação. (BALBINOTTI; BARBOSA; JUCHEN, 2009).

Este estado motivacional precisa ser muito bem entendido pelos professores, pois se acredita que seja um dos principais fatores que contribuem para o abandono das aulas. Como afirma Pergher (2008) a falta de vontade para a realização da atividade torna essa desorganizada, gerando sentimentos de insegurança, frustração, depressão e medo da ação. Penna (2009) afirma que os comportamentos amotivados, por não apresentarem razão para acontecerem, nem expectativa de conseguirem premiação ou melhora da situação ao longo do tempo são considerados menos auto-determinados e que para uma melhor participação e envolvimento dos mesmos seria oferecer-lhes algum tipo de motivação externa.

6.2.2 Teoria Geral da Motivação Humana de Nuttin

Na teoria de Joseph Nuttin, o indivíduo somente se desenvolve devido às situações que ele percebe no ambiente, e este ambiente foi criado a partir dos significados atribuídos exclusivamente pelo indivíduo. Ou seja, ambos só existem pela sua relação de um com o outro, em seu modelo ambiente e organismo se completam. Balbinotti C. e cols. (2009) citam Nuttin (1985) que define a motivação como: *“uma tendência específica em direção a uma determinada categoria de objetos, e sua intensidade está em função da natureza do objeto e da relação deste com o sujeito”* (p.135).

A interação entre indivíduo e ambiente é a base de todas as situações vividas pelo indivíduo, inclusive quando ele mesmo é o objeto de ação. Essa interação é dinâmica, contínua e garantidora da existência de ambos. Como explica Balbinotti e cols. (2009), Nuttin indica que o comportamento representa uma função da relação entre o indivíduo e o ambiente e originá-se do dinamismo de uma necessidade:

[...] a motivação representa a direção ativa do comportamento que aponta para certas categorias preferenciais de situações ou objetos: o indivíduo tem necessidade de objetos e de relações específicas. Sendo assim, Nuttin (1980b) desenvolve o método de indução motivacional, que permiti distinguir as motivações em função de categorias de objetos e de relações comportamentais com o ambiente. (NUTTIN, 1985 apud BALBINOTTI; BALBINOTTI; BARBOSA, 2009, p. 234-235).

6.2.3 Teoria da Significação Motivacional da Perspectiva Futura de Lens

Nesta teoria Lens (1993) explica que o indivíduo desenvolve sua motivação para a realização da atividade em decorrência de objetivos-alvo, que serão alcançados no futuro em decorrência do que fizerem no presente, como treinar para se tornar um campeão. Esta percepção subjetiva do tempo cronológico pode se dar de três formas diferentes: perspectiva futura curta, onde o indivíduo anseia por objetivos-alvo que se realizem em um futuro próximo, buscam a satisfação imediata; a perspectiva futura longa, diferente da anterior, coloca os objetivos a serem alcançados em um futuro distante; e a perspectiva futura alongada ou distante, onde a motivação se encontra em um futuro muito distante, como um sonho a ser realizado, neste caso os indivíduos permanecem mais tempo nas atividades que se propuseram a realizar pois sabem da importância do processo para obtenção dos seus objetivos. Balbinotti C. cita como exemplo o caso de jovens tenistas, onde *“a perseverança nos treinos e as aspirações profissionais representam componentes importantes para o desenvolvimento do treino desses jovens.”* (BALBINOTTI; cols., 2009, p. 236). O mesmo se aplica a judocas, tanto os regulares quanto os deficientes visuais. Neste segundo caso, a busca pela profissionalização não é tão grande, mas o reconhecimento de que o processo de treinamento é fundamental na busca pela excelência e superação permanece.

6.2.4 Teoria da Motivação e Representação de Si Mesmo de Ruel

Ruel embasou-se na teoria da motivação de Nuttin e reunindo-a com teorias de auto-percepção formulou a sua própria, onde o indivíduo através de sua relação com o ambiente transforma sua necessidade em um objetivo-alvo (algo a se alcançar). O grau de intensidade com que o indivíduo se lançará (ou não) em busca deste objetivo dependerá da sua percepção de capacidade de realização da tarefa, ou seja, intimamente ligado a representação de si mesmo perante o desafio. Ruel

define que: “a motivação esta em relação com as percepções afetivo-cognitivas que o individuo tem dele mesmo e de seu ambiente” (RUEL, 1984, apud BALBINOTTI; col., p. 239).

Relacionando a premissa desta teoria com o projeto de judô para deficientes visuais vale salientar que a questão da auto-estima e da confiança em si são fatores importantes quando trabalhando com o público e o esporte em questão, inclusive balbinotti referindo a Ruel defende que: “As intervenções educativas e reeducativas devem ser efetuadas de forma a atingir as percepções do jovem, mais particularmente no que concerne ao auto conceito e a autoestima.” (RUEL, 1984, apud BALBINOTTI; col., p. 239).

6.3 PESQUISAS

O uso de questionários é uma ferramenta segura e precisa na investigação das causas motivacionais. É necessário escolher o questionário que melhor se adeqüe aos objetivos da pesquisa e ter atenção no controle das variáveis. Na seqüência apresentaremos duas pesquisas que condizem com o objeto do nosso estudo:

1) Suzanna Passinato D. Saito realizou uma pesquisa para encontrar os motivos que levam os portadores de deficiência visual a participarem de atividades desportivas adaptadas de alto nível. Utilizando um questionário motivacional (Participation Motivation Questionnaire por Gill et al., 1983) entrevistou 32 atletas, de ambos os sexos com algum grau de deficiência visual, que estivessem treinando no Instituto Benjamin Constant. Este questionário avalia oito fatores da motivação para a prática desportiva: a) motivação para a realização/status; b) orientação para a equipe; c) forma física; d) descarga de energias; e) outros; f) desenvolvimentos de capacidades; g) amizade/afiliação; e h) divertimento recreação.

Tabela 01- Distribuição da porcentagem de respostas obtidas pelos fatores considerados totalmente importantes

Ítem nº	Descrição	% das respostas
1	Melhorar as habilidades	72
2	Encontrar os amigos	56
3	Gosto de vencer	63
6	Manter o corpo em forma	69
8	Gosto do trabalho de equipe	69
11	Gosto de fazer novos amigos	56
12	Gosto de fazer alguma que seja boa	56
14	Gosto da recompensa que o esporte dá	56
15	Gosto de fazer exercício físico	50
16	Gosto de ter alguma coisa para fazer	56
17	Gosto de ação	53
18	Gosto do espírito de equipe	69
20	Gosto de competir	59
22	Gosto de fazer parte de uma equipe	59
23	Eu quero melhorar minhas habilidades	94
24	Quero manter minha saúde	75

Fonte: Retirada do artigo de Suzana Passinato D. Saito, 2007. p. 28.

A pesquisa apontou como mais relevantes fatores para a busca da atividade desportiva deste público específico: os fatores de orientação para equipe, a busca de uma boa forma física, estar com os amigos e a realização pessoal. Já os motivos considerados menos importantes foram aquisição de status e descarga de energia.

2) Valmir José Camargo dos Passos realizou uma pesquisa semelhante a anterior, com objetivo de identificar os fatores motivacionais dos atletas com deficiência visuais para a prática do atletismo de alto-rendimento. Ao entrevistar atletas em uma competição aplicou um questionário referente aos fatores motivacionais, sobre o porque da prática do esporte de alto-rendimento. Para a coleta de dados foram utilizados como instrumentos o Inventário da motivação feito por Gill, adaptado por (Scalon, 1998).

Tabela 02 - Escores médios por questão - Ranking

<i>Ranking</i>	<i>Questão</i>	<i>Média</i>	
1º	Q18. Gosto de estar alegre, me divertir	3,85	Mais importante
2º	Q4. Gosto de ficar em forma, ser forte e sadio	3,77	
3º	Q1. Gosto de melhorar minhas habilidades	3,77	
4º	Q13. Gosto de esporte individual	3,69	
5º	Q19. Gosto de receber medalhas e troféus	3,62	
6º	Q14. Gosto de competir para vencer	3,58	
7º	Q2. Gosto de estar com meus amigos.	3,54	
8º	Q9. Gosto de fazer exercícios	3,54	
9º	Q10. Gosto de ter algo para fazer	3,54	
10º	Q11. Gosto de ação, aventura e desafios	3,54	
11º	Q8. Gosto de fazer coisas nas quais sou bom	3,46	
12º	Q16. Gosto de pertencer a uma equipe	3,46	
13º	Q3. Gosto de viajar	3,23	
14º	Q6. Gosto de encontrar novos amigos	3,08	
15º	Q7. Gosto de reconhecimento de parentes e amigos	3,08	
16º	Q5. Gosto de receber elogios	3,00	
17º	Q12. Gosto de esporte de equipe	3,00	
18º	Q17. Gosto de me sentir importante e famoso	2,77	
19º	Q15. Gosto só de participar (a vitória não interessa)	2,31	Menos importante

Fonte: retirado da monografia de Valmir José Camargo dos Passos, 2005. pg 74,75.

Observando a tabela número 02, verifica-se que o fator motivador mais importante para os entrevistados, foi gostar de estar alegre, se divertir com isso buscando o lazer e o prazer na realização da prática do atletismo. E o menos citado foi referente ao social, seriam aqueles indivíduos que responderam gostar só de participar, sem interesse na vitória.

3) Afim de investigar os fatores que dificultam a adesão dos portadores de necessidades especiais na região do Vale do Aço aos projetos de atividades físicas adaptadas, aplicou-se um questionário sistematizado à PNE`s. O grupo pesquisado era composto por 27 deficientes visuais e 22 deficientes motores de variadas faixas etárias.

A pesquisa apontou que os maiores empecilhos tanto para os deficientes visuais quanto para os deficientes motores foram os fatores extrínsecos como: falta de transporte e recursos financeiros, poucas oportunidades para a práticas esportivas adaptadas bem como o desconhecimento dessas práticas ou locais especializados (MOREIRA; RABELO; DE PAULA; COTTA, 2007).

6.4 ABANDONO

A questão do abandono/desistência do projeto e dos treinos de judô, por parte dos alunos, é um ponto crucial e relevante deste trabalho, uma vez que se percebe no Projeto de Judô para Deficientes Visuais e em outros projetos destinados à este público um grande número de desistências e uma alta rotatividade dos participantes.

[...] considera-se importante conhecer os principais motivos de participação, para que se possa estruturar as atividades de acordo com os gostos e as expectativas dos participantes envolvidos, de modo a maximizar a performance, melhorar a persistência e evitar as situações de abandono [...] (SAITO, 2007, p. 25).

Os benefícios físicos, psicológicos e sociais decorrentes da prática de atividades esportivas, mas especificamente do judô, são reconhecidos tanto pela comunidade científica quanto pela população em geral (VIRGILIO 1994). Esses benefícios se comprovam, inclusive entre a comunidade deficiente visual, em estudo feito pelo Instituto Benjamin Constan:

[...] os resultados encontrados confirmaram plenamente o que tínhamos tomado por hipótese, isto é, que a prática do judô contribuía, efetivamente, como pensávamos, para desenvolver nos deficientes visuais atitudes que lhes trouxessem vantagens de ordem física, afetiva e social. (VIEIRA, 1988, p. 13).

A importância do estudo dos motivos que levam uma pessoa a abandonar o esporte é tão importante quanto as razões que a levam a praticar, porém a literatura é mais escassa no primeiro caso, como ressalta Antonio Manuel Fonseca, em estudo feito acerca do assunto. Outra importante questão abordada pelo autor, é a diferenciação entre a desistência por parte do indivíduo de toda e qualquer atividade desportiva ou apenas a troca por outra, diferente da que realizava até então. Esses

eventos exercem diferentes resultados, onde no primeiro caso a pessoa sofre os prejuízos decorrentes da falta da prática esportiva e no segundo não, pois a pessoa apenas busca uma atividade mais adequada às suas necessidades. (FONSECA, 2001).

Em estudo realizado com jovens e crianças, acerca das razões pelas quais resolvem abandonar a atividade esportiva, Fonseca (2001) aponta não uma única razão, mas um conjunto de fatores como “falta de prazer”, “conflito de interesses”, “pressão excessiva”, “percepção de (in)competência” ou “lesões”. O mesmo autor defende que:

[...] para melhor perceber os fatores e processos psicológicos envolvidos no fenômeno do abandono da prática desportiva é crucial conhecer profundamente os mecanismos relacionados com a motivação para a prática desportiva, já que estas são duas realidades que, embora distintas, estão intimamente relacionadas. (FONSECA, 2001, p. 270).

Dentro destes vários fatores, Fonseca, através de um postulado de Susan Harter, destaca a questão da sensação subjetiva de competência e de como ela influencia a permanência na prática esportiva. A sensação de competência faz com que o aluno tenda a persistir no esporte, e no caso contrário, abandoná-lo. Porém, a questão da subjetividade revela que cada um define e percebe sucesso de maneiras distintas:

Consideram-se, assim, duas formas distintas de definir sucesso e avaliar a competência: enquanto umas delas – normalmente designada como orientação para a tarefa – recorre fundamentalmente a critérios de natureza auto-referenciada, enfatizando o processo e a melhora individual, a outra – normalmente designada como orientação para o ego – centra-se em critérios de natureza normativa, destacando a comparação com o rendimento apresentado pelos outros (FONSECA, 2001, p. 274-275).

A partir desta teoria se observa que indivíduos voltados a questões pontuais da prática permanecem mais facilmente no esporte que aqueles voltados ao ego, pois não suportam lidar com desafios além das suas capacidades:

[...] enquanto aqueles que se orientam para a tarefa persistem na prática desportiva, conquanto essa prática os leve a melhorar os seus níveis de rendimento anteriores, mesmo que estes não sejam muito elevados, os que privilegiam uma orientação para o ego, caso sejam confrontados com situações ou adversários superiores à sua competência, tenderão a abandonar essa prática. (FONSECA, 2001, p. 275).

Outro fator considerado decisivo é o da balança custo/benefício, onde o aluno faz uma análise dos prós e contras que a prática do esporte lhe proporciona, caso avalie como negativo o balanço, abandona a prática. Essa desistência se atenua quando há alternativas mais atrativas e interessantes que o aluno possa trocar. Ainda sobre o mesmo estudo, Fonseca destaca um outro modelo de comprometimento para a prática desportiva, além dos mencionados anteriormente. Este proposto por Tara Scanlan e colaboradores, se baseia três fatores que são de fundamental relevância e influenciadores: os investimento, os constrangimentos sociais e os benefícios esperados ou antecipados.

[...] os investimento (em tempo, energia ou dinheiro) que os indivíduos foram efetuando ao longo do tempo e no âmbito de sua prática, os constrangimentos sociais – que se refere não só aos estereótipos sociais em geral associados à prática desportiva, mas também ao modo como as pessoas se comportam a esse respeito, ou ainda, por exemplo, ao modo como os outros significativos promovem ou inibem a prática desportiva das crianças e jovens – e os benefícios esperados ou antecipados – ou seja tudo aquilo que é expectável que os indivíduos obtenham através da sua prática desportiva mas que não obterão caso a abandonem. (FONSECA, 2001, p. 64).

O caso dos constrangimentos sociais é fator fundamental no trato com pessoas com deficiência visual, essa abordagem deve ser muito bem trabalhada e estudada em projetos desportivos. Muitas vezes o deficiente acaba por não vivenciar práticas esportivas por uma falsa idéia de incapacidade ou fragilidade. Para um maior comprometimento com o esporte e menor índice de abandono, se faz necessário promovê-los e orientá-los neste sentido. É muito importante manter o foco nos objetivos das aulas ou treinos, pois são eles que irão ditar o clima motivacional. Uma aula com objetivo de inclusão é completamente diferente de um treinamento de performance e este reconhecimento quando confundido pode muitas vezes frustrar tanto professores quanto alunos.

A amotivação e o abandono ocorrem sempre que o atleta passa a não ver motivos para a sua participação, visto que o que ele está fazendo não tem mais sentido, e a não satisfazer a sua necessidade de autonomia, que é a escolha em relação á sua participação esportiva. (BALBINOTTI; cols., 2009, p. 106).

6.5 PAPEL DO TREINADOR/ PROFESSOR

No judô o treinador muitas vezes também assume o papel de professor, técnico e antes de mais nada *Sensei*, visto que além de ser um esporte, a prática é uma arte marcial e carrega com isso toda uma bagagem filosófica, gerando assim uma importância maior ainda àquele que irá ministrar as aulas. A admiração dos alunos pelo *Sensei* faz com que este tenha em suas mãos um grande elemento na condução dos treinos, o poder de liderança. Quando utilizado de maneira correta pode influenciar diretamente no clima motivacional de sua turma (FRANCHINI, 2001).

Uma das facetas mais relevantes da liderança do treinador esportivo é a capacidade do mesmo de motivar seus atletas, uma vez que suas condutas de liderança são muito importantes na hora de determinar a participação ou não dos indivíduos no esporte (ROBINSON; CARRON, 1982 apud SCALON, 2004, p. 39).

Luciana Monteiro explica que esta relação entre o treinador/professor e o aluno/atleta pode se desenvolver em diferentes graus e que influenciará diretamente o comportamento dos indivíduos, devido as trocas que se estabelecem ao longo do processo, passando do ensino-aprendizagem até o treinamento de performance. A mesma ressalta que, o comportamento que o técnico assume, suas condutas e expressões, possui grande importância, visto que a mesma é constantemente notada, avaliada e internalizada pelos atletas (MONTEIRO, 1998).

O aumento da responsabilidade de um técnico está ligado à sua contribuição na formação e desenvolvimento da personalidade de seus atletas, levando a uma adequação permanente no relacionamento técnico-atleta no desenvolver de esquema do treinamento. (MONTEIRO, 1998, p. 52).

Ciente de que o treinador tem papel fundamental na motivação de seus atletas, Martens (1978) apud Scalon (2004) explicam diferentes formas de motivar os esportistas. Quando o treinador oferece orientações corretas adquire credibilidade; mantendo um bom relacionamento com os esportistas estes querem manter laços com ele e/ou com a equipe; detém poderes para administrar prêmios e castigos para com os atletas. Somadas estas são características que o treinador possui para intervir de forma direta nos treinamentos, na busca da excelência e na

conquista dos seus objetivos. A maneira com que esta intervenção ocorrerá, irá depender do seu perfil e do perfil de seus atletas.

Outro modo de motivação é o indireto, quando o treinador afim de incrementar os treinamentos e elevar o clima motivacional de seus atleta, altera elementos físicos e psíquicos, como em um simples fato mudar o local de treinamento (MARTENS, 1978 apud SCALON, 2004).

Além de motivar um bom treinador deve saber proteger a motivação do aluno de fatores negativos, como por exemplo: pressões externas excessivas ou busca descabida por resultados. Para Carlos Balbinotti, quando se trabalha com treinamento esportivo para jovens o treinador é constantemente pressionado por resultados, seu trabalho depende de êxitos em competições, logo o nível de exigências por parte de pais, dirigentes e outros é muito grande. Neste cenário, o papel do treinador se faz fundamental, pois não pode transferir para o atleta todo esse peso do compromisso.

O treinador precisa funcionar como um filtro, protegendo seu atleta dessas pressões. Caso contrário, esse tipo de foco pode fazer com que os treinos sejam realizados de forma semelhante aos dos adultos: com pouca participação dos jovens na construção deles e com muita exigência e pouca maleabilidade dos treinadores em relação aos esforços e desempenho em competições. (BALBINOTTI e Cols., 2009, p. 106).

No caso dos professores/treinadores que trabalham com portadores de necessidades especiais é muito importante o conhecimento dos fatores que motivam seus alunos. Em uma mesma turma terá aqueles que querem apenas praticar uma atividade física por prazer, em prol da saúde, outros que vêm no esporte um meio de convívio social com familiares e amigos, alguns mais competitivos almejam participar de campeonatos e aumentar seu rendimento e tantas outras particularidades. Com interesses tão singulares o professor de programas para portadores de necessidades especiais, deve ter a sensibilidade para perceber o que motiva seus alunos.

Os atletas precisam ser valorizados pelas qualidades que apresentam e não inferiorizados pelas suas incapacidades, por isso o técnico deve possuir o "feeling" suficiente para perceber onde cada atleta encontra maior facilidade e explorar o que cada um tem de melhor e, através do diálogo, ele deve manter a estabilidade emocional do atleta frente, até mesmo de suas dificuldades. Ele deve despertar em cada um o auto-conhecimento e auto-valorização de suas características mais plásticas dentro do quadro real, assim será mais fácil ao atleta ser impulsionado. (MONTEIRO, 1998, p. 58).

Bem como a ausência do mesmo pode acarretar perdas e insucessos, “a falta de motivação conduzirá ao aumento da tensão emocional, problemas disciplinares, aborrecimento, fadiga e rendimento ineficiente” (HARTER, 1978 apud SCALON, 2004, p. 88).

Para Feijó (1992 apud MULLER, 2001) conhecer o processo da motivação das pessoas exige, do avaliador, inicialmente um bom conhecimento das necessidades humanas e a compreensão de como a dinâmica destas necessidades atua no processo da motivação, o princípio fundamental do motivar. Um programa de aula bem organizado deve levar em consideração as necessidades reais dos alunos, atendendo a estas, mantendo a motivação, o que facilita uma boa conduta em aula e um maior interesse no aprendizado (FEIJÓ, 1992 apud MULLER, 2001).

A motivação na abordagem sistêmica é considerada a dinamizadora das ações: quanto mais interessado o aluno estiver pela tarefa oferecida pelo professor, maior será seu empenho, persistência e conseqüentemente provará que o objetivo do professor está de acordo com sua necessidade naquele momento (FEIJÓ, 1992 apud MULLER, 2001, p. 37).

Uma vez consciente da importância que o construto motivação tem no planejamento de um programa de treinamento, adaptado às particularidades de gênero, idade ou outras características que o grupo a ser trabalhado possua, as chances de êxito aumentam: “ [...] quando há motivação, a realização dos objetivos se torna mais amena e também mais interessante. As pessoas altamente motivadas para a realização são persistentes no seu comportamento, buscando assim sucesso na sua atividade.” (BERGAMINI, 1991 apud SCALON 2004, p. 86). Assim sendo é de suma importância o conhecimento dessas teorias para o profissional que se propõe a trabalhar no ensino e/ou treinamento desportivo.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve a intenção de ampliar a discussão e socializar conceitos acerca da deficiência visual, interligando a prática de uma arte marcial, notoriamente reconhecida por seus benefícios físicos e mentais, com o estudo das razões que levam o indivíduo à participarem bem como a desistir de um esporte.

Referente as questões de permanência e abandono, estudos apontam que experiências positivas elevam o nível motivacional dos participantes facilitando sua aprendizagem bem como sua permanência no esporte. Ao contrário experiências negativas elevam o nível de insatisfação contribuindo para a amotivação do indivíduo e conseqüentemente o abandono dos treinos. Tornar-se um campeão, fazer parte de uma equipe, praticar por prazer ou saúde,... as pesquisas motivacionais apontam que não há somente um motivo para a prática esportiva, tanto dos DV's quanto dos indivíduos videntes, existem vários fatores relacionados que atraem e mantêm os alunos no esporte. Porém, no primeiro grupo, se observa que os fatores extrínsecos demonstram ter mais relevância. Isso se deve ao reduzido número de possibilidades, bem como o desigual acesso e incentivo à permanência.

É fundamental conhecer as motivações extrínsecas e intrínsecas do aluno, para obter sucesso no planejamento de treinamentos desportivos. Conhecendo os aspectos que cativam o aluno e minimizando os fatores que contribuem para o abandono, os profissionais envolvidos tem a chance de interferir de forma positiva para adesão e permanência dos mesmos. Tendo em vista a importância do tema "motivação" para o sucesso profissional, o mesmo deveria ganhar maior destaque no currículo de Educação Física/Licenciatura.

Para que se desenvolva o treinamento de forma segura e objetiva, a fim de adequar as aulas às necessidades e possibilidades do aluno, os programas desportivos, voltados aos portadores de deficiências visuais, devem primeiramente ter com conhecimento prévio do caso (como ocorreu, em que estágio se encontra, cuidados e etc...). Em relação às crianças com deficiência visual quanto antes forem estimuladas, menores serão seus comprometimentos decorrentes da ausência do sentido visual. Por isso é de suma importância o envolvimento de profissionais capacitados, em conjunto com a família do DV e entidades de ensino. Em contrapartida a maior parte dos profissionais da Educação Física, não tem os conhecimentos técnicos e científicos necessários para atuar com os PNE's. É papel

da universidade instrumentalizar os graduandos, a fim de formar professores capacitados, pois cabe a estes fazer com que a Educação Física Adaptada aconteça.

Os esportes adaptados proporcionam experiências enriquecedoras àqueles que pretendem atuar na área e aos que simpatizam com a idéia da inclusão. O contato direto faz com que os educandos entendam os desafios pelos quais os DV's passam diariamente, colocando em prática o que muitas vezes é visto de forma sucinta e teórica no curso de graduação. Conhecer novas possibilidades de atuação aumentam a capacidade de desenvolver procedimentos, sendo estes de suma importância para alavancar o paradesporto bem como otimizar os projetos que visem a inclusão. Abster-se do compromisso social e da responsabilidade que possui o papel de educador em relação a inclusão social, também é uma forma de preconceito.

Dessa maneira um programa de atividades esportivas adaptadas deve ter flexibilidade para adequar seus objetivos com os dos participantes, a fim de proporcionar momentos de prazer com a realização das práticas, bem como fornecer subsídios necessários para aqueles que sonham em ser campeões. Para os PNE's as aulas devem, proporcionar vivências que estimularão o desenvolvimento motor e a maior independência possível na locomoção e atividades diárias do indivíduo, além dos benefícios tradicionais das atividades físicas. Provar que a deficiência não impede a participação esportiva, obter o reconhecimento das outras pessoas, fazer parte de uma comunidade, são elementos que o esporte proporciona e que elevam a auto-estima dos DV's, desafiando os mesmos a superarem seus limites, principalmente quando se busca alta performance. Uma prova disso, é o destaque que os jogos paraolímpicos vem ganhando no cenário esportivo mundial, competição onde Brasil demonstra ser uma potência multiplicando o número de atletas e medalhas a cada ano.

Os ensinamentos de Jigoro Kano (fundador do judô) permanecem vivos até hoje. Aliando uma pedagogia própria de ensino de técnicas de luta à uma serie de preceitos filosóficos, fazem do judô uma arte marcial diferenciada, que agrega praticantes dos mais diversos tipos, devido a sua extensa gama de possibilidades, como: ênfase na competição (shiai), estudo das técnicas (uchi-komi), prazer na prática (randori), aprender a se defender (kaeshi-waza), busca de disciplina, entre outros. Como prática esportiva vem demonstrado ser muito eficiente e adequado aos

DV's. Além de contribuir para a formação de valores morais e éticos, atende as demandas do DV, no momento que contribui para socialização e desenvolvimento da autonomia do indivíduo. Esses são fatores que devem ser fundamentalmente trabalhados nas aulas, pois são benefícios que se estendem a realidade do cotidiano dos DV's.

A bibliografia acerca das motivações dos judocas deficientes visuais ainda é muito escassa, nos motiva para o sucesso do Projeto para Portadores de Necessidades Especiais e mais do que isto da proposta em si que serve para toda sociedade a realização de novos estudos. Como proposta para futuros trabalhos seria interessante realizar o acompanhamento sistemático da motivação dos judocas deficientes visuais nos diferentes níveis; iniciação, treinamento, competição e inclusive investigar eventuais abandonos.

Este trabalho teve grande importância para formação acadêmica e profissional do autor, bem como para o entendimento e promoção da questão referente a inclusão social. Através deste, foi possível relacionar os conteúdos estudados com as práticas docentes que ocorreram paralelamente, nos estágios e projetos de extensão oferecidos pela Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A informação acerca da deficiência visual, relacionada com o conhecimento dos aspectos motivacionais no esporte, promoveu a aproximação entre professor e aluno, modificando e adaptando planos de aula e métodos de ensino, a fim de criar caminhos mais atrativos e diversificados na busca da excelência pedagógica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maicon Ornelas; SILVA, Rita de Fátima. **Atividade motora adaptada e desenvolvimento motor: possibilidades através das artes marciais para deficientes visuais**. Artigo da Movimento e Percepção, v. 10, n. 14. São Paulo, 2009.

ANDRADE, Cristiane de; et. al. **A influência do tempo de prática na motivação intrínseca de atletas de futebol masculino, da categoria juvenil de clubes profissionais**. Centro de Pesquisa em Exercício e Esporte. Grupo de Pesquisa em Psicologia do Esporte. Universidade Federal do Paraná. Curitiba – Paraná (Brasil).

Associação Brasileira de Desportos para Cegos. Disponível em: "<http://www.acdb.org.br/>. Visitado em: 01 out. 2011.

BALBINOTTI, C.; Colaboradores. **O ensino do tênis: novas perspectivas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BALBINOTTI, Carlos Adelar Abaide; et al. **Motivação à carreira de alunos de um curso universitário de educação física**. Coleção Pesquisa em Educação Física, vol. 7, n. 1, 2008- ISSN: 1981-4313

BALBINOTTI, M. A. A. **Inventário de Motivação à Prática Regular de Atividade Física e/ou Esportiva**. Laboratório de Psicologia do Esporte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2004.

BALBINOTTI, M.A.A.; BARBOSA, M.L.L.; JUCHEM L.. **Aspectos Motivacionais do Tenista: prazer versus Competitividade**. In: BALBINOTTI, C.A.A. O ensino do tênis: novas perspectivas de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARA FILHO, Maurício Gattás; GARCIA, Félix Guillén. **Motivos do abandono no esporte competitivo: um estudo retrospectivo**. Dropout reasons in youth sports: a retrospective research. Universidade Federal de Juiz de Fora. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria – Espanha, 2008.

BECKER JR., B. **Manual de Psicologia do Esporte e Exercício**. Porto Alegre: Nova prova, 2000.

BERGAMINI, C. W. **Motivação**. São Paulo: Atlas, 1991.

BONET- MAURY, Paul; COURTINE, Henri. O Judô. Tradução de Paulo Augusto Vieira Valente, Pedro Ricardo Teixeira das Neves e Nuno Dinis Tomaz. Porto: Cultura Geral, 1994.

BRASIL, Secretaria da Educação Especial. **Subsidio para organização e funcionamento de serviço de educação especial: Área de deficiente visual**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Especial: Brasília:

MEC/SEESP, 1995, p. 58.

BROUSSE, M.; MATSUMOTO, D. **Judô - A Sport and a Way of Life**. IJF, Seul. Korea, 1999.

CALLEJA, C. **Caderno Técnico-Didático de Judô**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Física e Desportos, 1989.

CAMPANI, Darci Barnech e KRUMEL, Vinícius Franke. **Projeto de Judô para Portadores de Necessidades Especiais**. X Congresso Iberoamericano de Extensión. Universidad de la República, Montevideo, Uruguay, 2009.

CAMPANI, D.B.. **Judô para Deficientes Visuais** – análise do potencial e necessidades pedagógicas para um projeto de inclusão social. *Trabalho de Conclusão de Curso*/ UFRGS, Porto Alegre, 2008.

CARMELINO, V.S.; MATARUNA DOS SANTOS, L.J. & RUSSO JR, W. **A Influência da Prática do Judô no Comportamento Ansioso de Adolescentes Portadores de Deficiência Visual**. Trabalho Apresentado do II Congresso Nacional de Judô. Campos de Jordão, 2000.

CARDOSO, Vinícius Denarde; PALMA, Luciana Erina; ZANELLA, Ângela Kemel. **A motivação de pessoas com deficiência para a prática do esporte adaptado**. Revista Digital – Buenos Aires – ano 15 – N 146 – 2010

Comitê Paraolímpico Brasileiro. Disponível em: <http://www.cpb.org.br>. Visitado em : 26 de outubro de 2011.

Confederação Brasileira de Desportos para Cegos. Disponível em: <http://www.cbdc.org.br>. Visitado em: 10 set. 2011.

Confederação Brasileira de Judô. Disponível em: <http://cbj.dominiotemporario.com/2011app/site/index.php>. Visitado em: 10 set. 2011.

CRAFT DH, LIEBERMAN L. **Deficiência visual e surdez**. In: Winnick JPA. Educação Física e Esporte Adaptado. Barueri: Ed. Malone; 2004; p. 181-205.

CUTSFORTH, T. **O Cego na Escola e na Sociedade**. Brasília: Campanha Nacional de Educação de Cegos, 1969.

DAIANE, Silva; SARAY, Giovana dos Santos. **Princípios filosóficos do judô aplicado à prática e ao cotidiano**. *Revista Digital* - Buenos Aires - Año 10 - N° 86 - Julio de 2005

DE MASI, Ivete. **Deficiente Visual Educação e Reabilitação**. Programa Nacional de Apoio à Educação de Deficientes Visuais. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial, 2002.

DUARTE, E. **Inclusão e acessibilidade:** contribuições da educação física adaptada. *Revista da Sobama* Dezembro de 2005, Vol. 10, n1., Suplemento, pp. 27-30 Unicamp.

Federação Paulista de Judô. Disponível em: "<http://www.fpj.com.br/index.php>. Visitado em: 03 out. 2011.

FALKENBACH A. P.; FERNANDES, L. S.; VARGAS L. **Paradesporto futsal para cegos: um estudo das motivações dos atletas participantes.** *Revista Digital* – Buenos Aires – Ano 14 – Nº 132 – Maio 2009.

FONSECA, A. M. (Ed.). A FCDEF-UP e a Psicologia do Desporto: estudos sobre a motivação. Porto: FCDEF-UP, 2001.

FLESCHE, S. **A inclusão do portador de deficiência visual no sistema de ensino regular: desafios e perspectivas** / Seli Flesc. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 82 p. (Séries Conhecimento. Teses e Dissertações; 21)

FRAGA, A. B.; WACHS, F. (organizadores) **Educação física e saúde coletiva:** políticas de formação e perspectivas de intervenção. 2. ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

FRANCHINI, Emerson. **Judô: Desempenho competitivo.** Manoele, 2001.

GAYA, A.; CARDOSO, M. Os fatores motivacionais para a prática desportiva e suas relações com o sexo, idade e níveis de desempenho desportivo. In: **Desporto para Crianças e Jovens. Razões e Finalidades.** Org. GAYA, A. ; MARQUES, A. ; TANI, GO. Porto Alegre, Editora da Ufrgs, 2004, p. 289-313.

GOMES, Felipe Alcântara. **Associação entre medidas antropométricas e a técnica de preferência de judocas do Projeto Bugre Lucenada EsEF – UFRGS.** Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Física. Porto Alegre, 2010/2.

GOMES, M. S. P.; MORATO, M. P.; DUARTE, E.; ALMEIDA, J. J. G. **Ensino das lutas: dos princípios condicionais aos grupos situacionais.** *Revista Movimento*, v. 16, n. 02. Porto Alegre, 2010.

GREGUOL, Márcia; SANTOS; Sileno Da; KNIJNIK, Jorge Dorfman. **Motivação no esporte infanto-juvenil:** uma discussão sobre razões de busca e abandono da prática esportiva entre crianças e adolescentes. *Revista virtual EFArtigos* - Natal/RN - volume 03 - número 02 - maio – 2005.

GUEDES, Onacir Carneiro. **Judô: evolução técnica e competição.** – João Pessoa: Idéia, 2001. 120p.

GUIMARÃES, Sueli Édi Rufini; BORUCHOVITCH, Evely. O Estilo Motivacional do Professor e a Motivação intrínseca dos estudantes: Uma Perspectiva da Teoria da Autodeterminação . **Revista Psicológica: Reflexão e Crítica**, v.17, n.2, p. 143-150, 2004.

KASTRUP, V. **A aprendizagem da atenção na cognição inventiva**. Psicologia e Sociedade, v.16, nº3, pg7-16. 2005.

KNIJNIK; Jorge Dorfman; GREGUOL, Márcia; SANTOS, Sileno da Silva. **Motivação no esporte infanto-juvenil**: uma discussão sobre razões de busca e abandono da prática esportiva entre crianças e adolescentes/ Revista virtual EFArtigos - Natal/RN - volume 03 - número 02 - maio – 2005;

MADURO, L. A. R. **A Arte do Judô no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 1999.

MASINI, Elcie F. Salzano. **O Perceber e o Relacionar-se com o Deficiente Visual**. Brasília: Corde, 1994.

MASINI, Elcie F. Salzano. **A Educação do Portador de Deficiência Visual- as perspectivas do vidente e do não vidente**. Brasília, 1993.

MELLO, M.F.; FERNANDES FILHO, J.; **Perfil Dermatoglífico, somatotípico e de composição corporal de Judocas Brasileiras de Alto Rendimento**. Fitness e Performance Journal. v.3; n.6; Rio de Janeiro, 2004.

MONTANS, Daniela Ferreira; VENDITTI JÚNIOR, Rubens. **Atividade motora adaptada para deficientes visuais: experiências com a natação em instituições inclusivas** *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, Año 15, Nº 152, Enero de 2011. <http://www.efdeportes.com/>

MONTEIRO, Luciana Botelho. **O treinador de judô no Brasil**. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

MOREIRA, W. C.; REBELO, R. J.; DE PAULA, A. H.; COTTA, D. O.. **Fatores que influenciam a adesão de deficientes motores e deficientes visuais à prática desportiva**. *Revista Digital* – Buenos Aires- Ano 11 – N 104 – 2007.

MULLER, Ursula. **Percepção do clima motivacional nas aulas de educação física**.- Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. 70.p. Série conhecimento. Teses e dissertações.

NASCIMENTO, Karina Patrício; RODRIGUES, Graciele Massoli; GRILLO, Denise Elena; MÉRIDA, Marcos. **A Formação do Professor de Educação Física na Atuação Profissional Inclusiva**. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte – 2007, volume 6 número 3: 53-58.

PACIORK, Michel J. **Esportes Adaptados**. In: WINNIK, Joseph P (Ed). Educação física e esportes adaptados. Barueri: Manoele, 2004. p. 45-50

PASSOS, Valmir José Camargo Dos. **Um estudo sobre os fatores motivacionais que podem levar deficientes visuais à prática do atletismo.** Curso de Educação Física, ULBRA, Canoas: 2005.

PEDRINELLI, Verena Junghahnel; VERENGUER, Rita de Cássia Garcia. **Educação física adaptada:** Introdução ao universo das possibilidades. In: GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernando da. *Atividade Física Adaptada: Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais.* Barueri: Manole, 2004.

PELLEGRINI, A. M. **A Formação Profissional em Educação Física.** In: Passos, Solange C. E. (org.) – *Educação Física e Esportes na Universidade.* Ministério da Educação, Secretaria de Educação Física e Desporto, 1988.

PENNA, Maurício Coelho Silva. **Motivação à prática regular de atividades esportivas: um estudo com jovens atletas de voleibol.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

PERGHER, Tomé Kuckatrz. **Motivação à prática regular de atividades esportivas: um estudo com praticantes de basquete escolar (13 a 16 anos).** Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

Portal do Cidadão com Deficiência. Disponível em: <http://www.pcd.pt/biblioteca/docs..> Visitado em: 08 set. 2011.

Revista: Brasil Paraolímpico, O MELHOR ATLETA PARAOLIMPICO DO MUNDO; n32, julho 2009, 48P.

Revista: Brasil Paraolímpico, PARAOLIMPIADAS NO BRASIL; n33 dezembro 2009, 52P.

Revista: Brasil Paraolímpico, GUADALAJARA 2011 JUEGOS PANAMERICANOS; n3 novembro 2011, 30P.

Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. versão impressa ISSN 1807-5509 Rev. bras. Educ. Fís. Esp. v.22 n.4 São Paulo dez. 2008.

ROCHA, Juliana Moraes. **Motivação à prática regular de atividades físicas: um estudo com praticantes de taekwondo.** Trabalho de conclusão da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

ROSSETTO, Elisabeth; ZANETTI, Patrícia da Silva. **Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais – PEE: Rompendo Barreiras Físicas e Atitudinais.** In: *Pessoa com Deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate.* Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

RUSSO JR., W.; MATARUNA dos Santos, L. J. **O Judô como atividade pedagógica desportiva complementar em um processo de orientação e**

mobilidade para portadores de deficiência visual. HYPERLINK "http://www.efdeportes.com/"www.efdeportes.com/ . Revista Digital – Buenos Aires – ano 7 – nº. 35 – Abril de 2001.

RUSSO JR, W. DE SOUZA, GROSSO. F., FERNANDES FILHO, J. **Perfil dermatoglífico, somatotípico e do percentual de gordura de crianças praticantes de judô da associação nilopolitana de judô.** Trabalho apresentado no Congresso Internacional de Educação Física. Córdoba, 2005.

SAETA, B. **O contexto social e a deficiência.** Psicologia: Teoria e Prática. 1999.

SAITO; Suzana Passinato de. **Motivos que levam indivíduos portadores de deficiência visual a participar de atividades desportivas adaptadas de alto rendimento.** R. Min. Educ. Fís., Viçosa, v. 15, n.e, p. 20-32, 2007.

SAMULSKI, D. **Psicologia do esporte.** Barueri: Editora Manole, 2002.

SCALON Roberto Mário; (org.). **A Psicologia do Esporte e a Criança.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SILVA, Vinicius Antunes. **O judô na educação física escolar: pesquisa qualitativa sobre o ensino do judô nas escolas de Porto Alegre.** Trabalho de conclusão da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SOLER, Reinaldo. **Educação física inclusiva na escola em busca de uma escola plural.** Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

VENDITTI JÚNIOR, Rubens. **Atividade motora adaptada para deficientes visuais: experiências com a natação em instituições inclusivas.** EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 15, Nº 152, Enero de 2011. Disponível em: "http://www.efdeportes.com/". Visitado em: 21 out. 2011.

VIEIRA, Carmenlino de Souza; RUSSO Walter de Souza Junior. **Judô paraolímpico: manual de orientação para professores de educação física –** Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006.

VIEIRA, Carmenlino de Souza. **Influência da prática do judô no comportamento ansioso de adolescentes deficientes visuais.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1988.

VILLAMON, M.; MOLINA, J. P. La iniciación en Judô. In: VILLAMON, M.(Org.). **Introducción al judô.** Barcelona: Hispano Europea, 1999.

VIRGILIO, S. **A Arte do Judô.** 3. ed. Porto Alegre: Rígel, 1994.

WEINECK, J. **Manual de Treinamento Esportivo.** São Paulo: Manole, 1986.

WEINBERG, R. S.; GOULD, D. **Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2001.

WINCKLER, Ciro. **Atividade Físico-Esportiva para Pessoas Cegas e com Baixa Visão**. In: DUARTE, Edison; LIMA, Sônia. *Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais: experiências e intervenções pedagógicas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2003.

WINNIK, Joseph P (Ed). *Educação física e esportes adaptados*. Barueri: Manoele, 2004.

